



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

MACELIO MACEDO DOS SANTOS

O FENÔMENO DE GRAMATICALIZAÇÃO DA PERÍFRASE CONJUNCIONAL *JÁ QUE* E SUA CONFIGURAÇÃO DISCURSIVO-PRAGMÁTICA EM TEXTOS ORAIS E ESCRITOS DA CIDADE DE NATAL

**JOÃO PESSOA
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237f Santos, Macelio Macedo dos.

O fenômeno de gramaticalização da perífrase
conjuncional Já Que e sua configuração
discursivo-pragmática em textos orais e escritos da
cidade de Natal / Macelio Macedo dos Santos. - João
Pessoa, 2018.

89 f. : il.

Orientação: Camilo Rosa da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Linguística. 2. Gramaticalização. 3. Item
linguístico Já Que. 4. Gramática funcional. I. Silva,
Camilo Rosa da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 81(043)

MACELIO MACEDO DOS SANTOS

O FENÔMENO DE GRAMATICALIZAÇÃO DA PERÍFRASE CONJUNCIONAL *JÁ QUE* E SUA CONFIGURAÇÃO DISCURSIVO-PRAGMÁTICA EM TEXTOS ORAIS E ESCRITOS DA CIDADE DE NATAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Linha de Pesquisa: Diversidade e Mudança Linguística

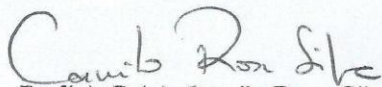
Orientador: Prof. Dr. Camilo Rosa Silva.

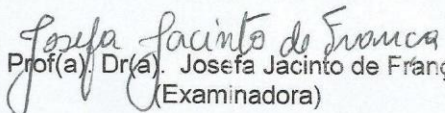
JOÃO PESSOA
2018

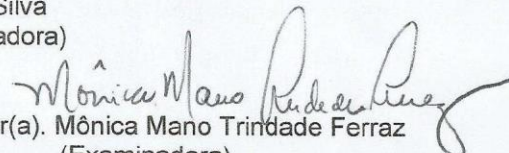


ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
MACELIO MACEDO DOS SANTOS

Aos dois dias do mês de março de dois mil e dezoito (02/03/2018), às quatorze horas e trinta minutos, realizou-se na Sala 514 do CCHLA, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada **"O fenômeno de gramaticalização da perífrase conjuncional já que e sua configuração discursivo - pragmática em textos orais e escritos da cidade do Natal"**, apresentada pelo(a) mestrando(a) **MACELIO MACEDO DOS SANTOS**, Licenciado(a) em Letras pelo(a) Universidade de Pernambuco - UPE, que concluiu os créditos para obtenção do título de MESTRE EM LINGÜÍSTICA, área de concentração **Teoria e Análise Linguística**, segundo encaminhamento do(a) Prof(a). Dr(a). José Ferrari Neto, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof(a). Dr(a). Camilo Rosa Silva (PROLING - UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(a)s Professores(as) Doutores(as) Josefa Jacinto de França (Examinadora/DeVry) e Mônica Mano Trindade Ferraz (Examinadora/PROLING-UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) senhor(a) Presidente Prof(a). Dr(a). Camilo Rosa Silva convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) Mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido(a) pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, ao qual foi atribuído o conceito APROVADO. Proclamados os resultados pelo(a) professor(a) Dr(a). Camilo Rosa Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 02 de março de 2018.


Prof(a). Dr(a). Camilo Rosa Silva
(Presidente da Banca Examinadora)


Prof(a). Dr(a). Josefa Jacinto de França
(Examinadora)


Prof(a). Dr(a). Mônica Mano Trindade Ferraz
(Examinadora)

*Aos meus pais, à minha irmã e à Morena,
do sertão, do mar; de vida e amor.
Com carinho.*

AGRADECIMENTOS

Permitam-me, amigos, parafrasear Maria Bethânia e dizer que é chegada a hora de “abraçar e agradecer”!

Agradeço ao meu orientador, Dr. Camilo Rosa, pela acolhida, pela generosidade, pelo companheirismo dos momentos de estudo, de orientação e de descontração, pelos ensinamentos compartilhados, pela compreensão em momentos difíceis, mas, principalmente, por ter acreditado em mim, em minhas escolhas, no meu potencial.

Agradeço às professoras, Dra. Josefa Jacinto de França e Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz, pelo carinho, cuidado e atenção para comigo ao longo desse caminhar e, especialmente, para com esta pesquisa no momento da qualificação, cujas contribuições foram de fundamental importância para o enriquecimento e conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Lúcia Macêda dos Santos e José Inácio dos Santos, e à minha irmã Thais, que compõem as páginas centrais de minha história. Agradeço-lhes pela vida, pelo amor, pelos sorrisos e lágrimas, e, mais ainda, pelo apoio incondicional aos meus sonhos. Obrigado por compreenderem a importância dos estudos em minha vida, muito embora, por razões adversas, o trabalho braçal tenha sido sua única escolha.

Agradeço a Paulo Medeiros, amigo de incontáveis horas e mola propulsora desse projeto. Obrigado por ser a pessoa com quem eu posso contar nos momentos de alegria e, também, de tristeza, pela companhia constante, pelos risos e abraços. Você é um dos motivos de eu estar onde estou! Obrigado por ter acreditado mais em mim do que eu mesmo. Vida, Bee, viva!

Agradeço a Marina e a Caio, pela amizade e companheirismo diário. De diferentes maneiras, sob diferentes circunstâncias, vocês me receberam, me apoiaram e se fazem presentes no meu dia a dia. Obrigado pelo carinho de sempre!

Agradeço a Lissandra Gomes e a Rosângela Gomes pelo carinho, apoio, ajuda e compreensão nesta trajetória. Obrigado por fazerem o ambiente de trabalho ainda mais agradável e prazeroso.

Agradeço aos meus amigos, por ora distantes, aqui representados por Alynne Raquel e Carla Jennie, pessoas grandemente lindas e que me dão suporte para prosseguir nesta caminhada da vida. Obrigado por me incentivarem e acreditarem neste projeto. Seus sorrisos e palavras de carinho são meu conforto.

Agradeço ao Grupo de Investigações Funcionalistas (GIF), nas pessoas de Martha Anaísa, Noelma Santos, Maria José (e agregado!) e, em particular, a Daiane Cavalcante, a Jackson Barbosa e a Raissa Gonçalves, pela amizade, pela companhia e contribuições profícuas ao longo desses dois anos de mestrado.

Agradeço ainda aos professores que fizeram parte de minha trajetória escolar e acadêmica, na pessoa de Claudete Galvão, aos familiares e demais amigos pelo suporte e crença no meu trabalho, enquanto profissional da educação.

A todos vocês, obrigado e “aquele abraço!”.

acredita-se
tudo é a palavra
que o efeito está nela

não é...

o efeito está na relação misteriosa
imprevisível
gerada na combustão
com outra palavra
que se presume aleatória

não só...

o efeito está na reação
ambígua
que provoca no outro
fora da palavra
e na não palavra

também...

o efeito está na percepção
do que não é dito
mas inferido
vivenciado
ressignificado.

Regina Celi M. Pereira

RESUMO

A gramática de uma língua é constituída pela emergência de seu uso na comunicação e interação de seus falantes e, a partir desta, de suas regularidades. Essa tem sido a premissa norteadora dos estudos da perspectiva funcionalista da linguagem. Sob esse viés, apresentamos nossas considerações analíticas sobre o comportamento do item linguístico *já que*, que vem revelando nuances diversificadas no que diz respeito ao seu uso e ao que está previsto na gramática tradicional da língua portuguesa do Brasil, como apontam Cunha (2008) e Bechara (2009). Nosso objetivo neste trabalho é, a partir da análise dos dados, verificar o deslizamento semântico com vista para a discursividade pragmática desta perífrase a partir dos princípios da gramaticalização propostos por Hopper (1991) e por Bybee (2010), bem como a sequenciação textual retroativo-propulsora apresentada por Tavares (2012), descrevendo seu percurso na língua em uso. Para tanto, tomamos como base de dados, para esta observação, textos transcritos da oralidade em situações reais de interação, bem como textos escritos pelos próprios participantes – que se realizaram tanto pela ordem do narrar quanto pela ordem do relatar –, presentes no *Corpus D&G* (1998). Os resultados encontrados corroboram o princípio da unidirecionalidade, seguindo o *cline* previsto para a mudança de um item da língua, ratificando o estágio significativo de gramaticalização em que se encontra o elemento em estudo.

Palavras-chave: Funcionalismo, gramaticalização, item, *já que*.

ABSTRACT

The grammar of a language is constituted by the emergence of its use in the communication and interaction of its speakers and, from this, its regularities. This has been the guiding premise of studies of the functionalist perspective of language. In this paper, we present our analytical considerations on the behavior of the linguistic item, *já que* it reveals different nuances regarding its use and what is predicted in the traditional grammar of the Portuguese language of Brazil, as Cunha (2008) points out. Bechara (2009). Our objective in this work is, from the analysis of the data, to verify the semantic slippage with a view to the pragmatic discursivity of this periphrasis from the principles of grammaticalization proposed by Hopper (1991) and Bybee (2010), as well as retroactive textual sequencing - propeller presented by Tavares (2012), describing its course in the language in use. In order to do so, we took as a database for this observation, texts transcribed from orality in real situations of interaction, as well as texts written by the participants themselves - both in the order of narration and in the order of reporting - present in *Corpus D&G* (1998). The results corroborate the principle of unidirectionality, following the cline predicted for the change of an item of the language, ratifying the significant stage of grammaticalization in which the element under study is found.

Keywords: Functionalism, grammaticalization, item, *já que*.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ocorrências da perífrase conjuncional <i>já que</i> por gênero textual	60
Tabela 2: Ocorrências dos conectores indicativos de causalidade ou justificativa/explicação ...	70
Tabela 3: Ocorrências do conector <i>já que</i> conforme a ordem e o estatuto informacional	72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 A LINGUÍSTICA FUNCIONALISTA	15
2.1.1 Iconicidade	20
2.1.2 Unidirecionalidade	23
2.1.3 Marcação	24
2.2 GRAMATICALIZAÇÃO	26
2.2.1 Frequência de uso	32
2.3 O VIÉS DA DISCURSIVIZAÇÃO	33
2.4 A SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL E A ORDENAÇÃO DOS CONSTITUINTES NAS CLÁUSULAS	36
2.4.1 Noções de tema e rema e a organização da frase	36
2.4.2 Noção de dado e novo	39
2.4.3 A sequenciação retroativo-propulsora como indicador da gramaticalização	40
3 A CAUSALIDADE NA LÍNGUA PORTUGUESA E O ITEM <i>JÁ QUE</i>	42
3.1 PERSPECTIVA DA CAUSALIDADE NAS GRAMÁTICAS BRASILEIRAS	42
3.2 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA DA RELAÇÃO CAUSAL	50
3.3 O SURGIMENTO DO ITEM <i>JÁ QUE</i>	51
3.4 <i>JÁ QUE</i> E A CAUSALIDADE	54
4 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS	59
4.1 CONFIGURAÇÕES METODOLÓGICAS E O <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	59
4.2 DELINEAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO	60
4.3 A FREQUÊNCIA DOS ITENS E O CONTEXTO	61
4.4 ANÁLISE DOS DADOS	62
4.5 A FORMAÇÃO DA PERÍFRASE CONJUNCIONAL E A CAUSALIDADE	63
4.6 PRINCÍPIOS DE HOPPER	66
4.7 A ORDENAÇÃO DAS CLÁUSULAS E O FLUXO DE ATENÇÃO	71
4.7.1 A sequenciação textual retroativo-propulsora	75
4.8 A NATUREZA DISCURSIVA DO ITEM LINGUÍSTICO	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

A partir do panorama apresentado pelo Funcionalismo linguístico, tomamos como pressuposto básico deste estudo o fato de que as línguas têm um caráter orgânico e vivo, conferindo-lhe dinamicidade e a capacidade de variação/mudança da linguagem, fruto das relações humanas. Isto é, levando-se em consideração o fator cognitivo e os aspectos contextuais que envolvem a situação de interação entre os falantes, a língua em uso adapta-se de modo a atender às necessidades apresentadas no *locus* comunicativo, de maneira que o discurso molda a gramática e por ela é, também, moldado.

Ao considerar o aspecto interacional, a gramática funcionalista tenta equilibrar o geral e o particular na língua, buscando entender os diversos fatores (motivações) que interferem no sistema linguístico pelo contexto de comunicação. Dessa maneira, há um entrelaçamento de função e de forma – relação entre conteúdo semântico e estrutura sintática, respectivamente – que emerge pela pragmática (contexto interacional) em que se realiza, de modo que a sintaxe (forma) está a serviço da semântica (sentido/conteúdo), projetado pelo paradigma *função > forma* nesta corrente.

Nesta perspectiva, ao utilizar a língua para se expressar, argumentar, interagir, enfim, sobre um determinado tema/assunto no ato comunicativo, o falante lança mão de vários recursos para fazer-se compreendido. Ao tratar da relação de causalidade no português, foco de interesse nesta pesquisa, observamos ser ela um dos mecanismos linguísticos mais complexos quanto a sua definição devido às múltiplas possibilidades discursivas abarcadas por este tipo de relação. Ela pode ser ambientada nesse sentido estrito de “causa” e “efeito” ou “consequência”, até outros sentidos mais amplos, relacionados ao aspecto semântico “de causa” provenientes do discurso, sendo assim necessário um olhar reflexivo quanto à sua definição em dados reais da língua em uso.

Neste sentido, elegemos como objeto de pesquisa o item linguístico *já que*, perífrase conjuncional de base adverbial, alocada pelas gramáticas tradicionais da Língua Portuguesa como elemento conectivo de causa na hipotaxe adverbial, conforme podemos observar no exemplo a seguir, extraído de Bechara (2009, p. 325):

(01) **Já que** todos saíram, desisto do negócio.

A perífrase conjuncional *já que*, conforme atestam os dados desta pesquisa, vem demonstrando significativa emergência em seu uso, como podemos observar nos exemplos apresentados a seguir:

- (02) o namoro ... tá assim ... já tá ... tá se desvalorizando né? assim ... porque tem mo::ça ... que é:: muito avançada ... passa também do sinal ... tem vez que num é nem o rapaz ... tem vez que o rapaz num quer nada ... tem vez que o rapaz nem pensa ... aí ela já vai ... dá o sinal ... aí por isso que ... aí também ... faz do mesmo jeito ... **já que** a moça quer ... ele vai fazer né? **já que** num é a mulher ... é o homem ... aí por isso que acontece essas coisa ... os casais de hoje num:: num tá se valorizando não ... tá se desvalorizando ... (L16F/D&G: 169)

No primeiro excerto, retirado de Bechara (2009), o funcionamento do item estabelece uma relação de causa-efeito entre as cláusulas, em sentido estrito, de modo a apontar uma causa para a morte dos animais, no plano referencial da linguagem, conforme o comportamento gramatical estipulado para o item nas gramáticas de cunho tradicional.

No segundo, um relato de opinião, o participante dá um direcionamento argumentativo de teor explicativo, no sentido de justificar o problema das relações amorosas, pelo jogo discursivo apresentado pelos termos em destaque. Neste caso, há relação direta com o plano interpessoal do contexto enunciativo, de modo que o falante avalia sua proposição, buscando em seu ouvinte a validação de seu discurso.

Neste prospecto, percebemos que o item *já que* vem apresentando comportamento sintático-semântico distinto do que é previsto pelas gramáticas de Língua Portuguesa, indo para além de sua função *causa-consequência*, atuando pragmaticamente como recurso discursivo de argumentação do qual o falante lança mão em situação interacional. Esse fato influencia seu *cline* de mudança na língua, partindo do plano referencial em direção ao plano interpessoal, expresso pelo esquema:

referencial > textual > interpessoal.

Desta maneira, o que motiva nossa pesquisa é a procura por novas configurações discursivas deste item linguístico, tendo em vista sua recorrência em textos atuais e o tímido enfoque dado a ele pelas gramáticas tradicionais. A partir dessas constatações, formulamos nossas questões de pesquisa: i) Quais as motivações pragmático-discursivas para o comportamento da perífrase conjuncional *já que*? e ii) Que comportamentos podem ser considerados inovadores na trajetória funcional do item?

Partindo da hipótese de que há novas configurações discursivas delineadas pelos usos do item, pontuaremos seu percurso, remontando a seu passado histórico na língua – desde sua formação de base adverbial (*já*) + partícula (*que*) até suas configurações atuais –, assim como mapearemos as principais propriedades que o caracterizam.

Objetivamos, com isso, no plano geral, descrever o comportamento funcional do item em contextos de oralidade e escrita; e, no plano mais específico, identificar e evidenciar as relações intralinguísticas (inter-oracionais, endofóricas), assim como as relações extralinguísticas (discursivas, exofóricas) direcionadas e/ou marcadas pelo texto, quando o item visa ativar informações do universo subjetivo do falante.

Para a realização da análise, tomamos como base de dados o *Corpus Discurso & Gramática – A língua falada e escrita na cidade do Natal* (FURTADO DA CUNHA, 1998), doravante D&G, constituído por relatos pessoais (20 depoimentos), ambientados na experiência do falante com o mundo, apresentando o registro de 23 ocorrências do item, conforme realidade oral (transcritos) e, também, registros da realidade escrita, sendo esta última realizada pelos mesmos participantes¹.

Quanto ao refinamento da análise dos dados, no que diz respeito ao estatuto da gramaticalização, adotamos os princípios formulados por Hopper (1991) para a verificação do estágio de gramaticalização do item abordado, bem como a ordenação das cláusulas e fluxo de atenção (RAMOS, 2015) de acordo com aspectos da causalidade (PAIVA, 1991). Apontamos também a sequenciação retroativo-propulsora apresentada por Tavares (1999), como parte do fenômeno de gramaticalização do elemento, e os aspectos de discursivização de itens conectores (MARTELOTTA, 1996; 2011) como indício de mudança funcional.

Para a melhor disposição e organização deste conteúdo, o corpo textual encontra-se dividido em cinco capítulos. Além desta introdução – o Capítulo 1, que apresenta o objeto, os objetivos e as motivações que a embalam a presente pesquisa –, no segundo, exploramos os fundamentos básicos da teoria Funcionalista, que observa a inter-relação entre a língua em uso (discurso) e a gramática, de modo que, numa espécie de simbiose linguística, um molda o outro, na correspondência *gramática* ↔ *discurso*. Dentre eles, destacamos os pressupostos da mudança linguística (gramaticalização), os princípios da iconicidade, da unidirecionalidade, da marcação e da discursivização, que em conjunto compõem o aparato teórico para a observação dos fenômenos de mudança na língua a partir dos postulados de Hopper (1991),

¹ Conferir, no Capítulo IV, informações mais detalhadas sobre o *corpus* e os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Neves (1997), Tavares (1999), Gonçalves et al. (2007), Martelotta (2011), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013) e Rosário (2015).

No terceiro capítulo, apresentamos a historicidade linguística do item conector *já que* a partir de sua formulação junto a outros itens de formação semelhante no Latim, assim como seu processo de gramaticalização na língua portuguesa sob o aspecto da relação causal. Desse modo, visamos perceber e descrever a trajetória que este elemento tem realizado, focalizando suas propriedades comunicativas na língua.

No quarto capítulo, que concerne à metodologia, apresentamos os aspectos metodológicos que direcionam a pesquisa de cunho funcionalista e que, por conseguinte, nos dão suporte neste estudo, assim como indicamos o delineamento do *corpus* de análise aqui utilizado conforme as relações sintagmáticas entre as cláusulas e o(s) contexto(s) nos quais se realizam.

Ainda nesta seção, analisamos os dados a partir da teoria funcionalista, conforme a aplicação dos princípios defendidos por Hopper (1991), aferindo os graus de variabilidade do item observado. Para o refinamento da análise, tomamos os pressupostos da *perspectiva funcional da sentença* (FPS), procurando observar sua função discursivo-pragmática a partir de sua configuração interclausal na relação de causalidade e fluxo de atenção, evidenciando o plano da sequenciação textual conforme os apontamentos assinalados por Tavares (1999).

Por fim, no quinto capítulo, apresentamos nossas considerações finais de acordo com as interpretações possíveis a partir da análise dos dados aqui utilizados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo tem por finalidade apresentar os fundamentos teóricos gerais que norteiam esta pesquisa, no que concerne à observação, à descrição e à análise dos dados. Serão considerados os princípios e pressupostos fundamentais da Gramaticalização, que formulam o panorama teórico para a compreensão e interpretação do fenômeno linguístico aqui apontado. Neste prospecto, tomaremos os apontamentos de alguns estudiosos que consideramos mais importantes sobre a questão da mudança linguística.

2.1 A LINGUÍSTICA FUNCIONALISTA

Dentro da agenda da pesquisa linguística, definir o Funcionalismo não é uma tarefa fácil, tendo em vista que, nesta corrente, há várias maneiras de se pensar sobre os aspectos da língua que são mobilizados no ato de interação. Num panorama mais geral, podemos dizer que esta teoria elege a *função* como principal condutor da reflexão sobre a linguagem, entendendo-a não somente como estrutura sintática, mas estabelecendo uma relação entre a estrutura (sistema) e seu conteúdo.

Mas o que é função? Nesta linha de investigação, vários podem ser os significados mobilizados pelo termo. Para tanto, destacamos a noção e o modelo funcionalista que nos parece mais próximo da realidade proposta neste estudo, indicados por Neves (2004, p. 15):

- o de um Halliday, que se fixa particularmente na noção de função como o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo aos muitos e variados tipos universais de demanda, e que assenta sua gramática numa base sistêmica (e paradigmática), na qual o enunciado não parte de uma estrutura profunda abstrata mas das escolhas que o falante faz quando o compõe para um propósito específico, com elas produzindo significado;
- o de um Givón, que se fixa particularmente no postulado da não-autonomia do sistema lingüístico, na concepção da estruturação interna da gramática como um organismo que unifica sintaxe, semântica e pragmática (sendo a sintaxe a codificação dos domínios funcionais que são: a semântica, proposicional; a pragmática, discursiva) e no exame dos aspectos icônicos da gramática.

Nesta perspectiva, compreendemos que o termo *função da linguagem* refere-se às intenções de uso do falante, procurando estabelecer uma relação entre a função e a forma, de modo a apresentar, exteriorizar o psíquico e o apelo no ato de interação (NEVES, 1997). Neste sentido, cada evento comunicativo é constituído por *um indivíduo* que informa *um*

outro indivíduo acerca de algo, sendo este algo a *mensagem*, de modo que são estes os três elementos coexistentes, no mesmo evento, tanto da fala quanto da escrita. A eles se juntam os componentes contextuais.

Dessa maneira, a gramática funcional procura compreender as relações entre a estrutura gramatical de uma língua e os aspectos contextuais e cognitivos que envolvem a situação comunicacional, os sujeitos e as motivações que emergem do discurso, isto é, da realização da língua, por assim dizer. A este respeito, Gebruers (*apud* NEVES, 1997, p. 3) afirma que:

[a linguagem] é funcional porque não separa o sistema lingüístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem.

A língua, portanto, é concebida como lugar de interação social, um organismo vivo e dinâmico, em que a competência comunicativa dá-se pela linguagem e, por isso, é suscetível às pressões de uso do contexto. Desse modo, embora analise a estrutura gramatical de uma língua, a gramática funcional “inclui na sua análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo” (NICHOLS *apud* NEVES, 1997, p. 3).

Nesta abordagem, a dinamicidade é um dos pontos fundamentais para qualquer consideração dos componentes da língua na interação verbal, isto é, em situação real de uso. Por isso, ao considerar o componente pragmático em detrimento aos componentes sintático-semânticos, o Funcionalismo busca registros reais de fala e/ou de escrita para a investigação dos dados. Assim, os estudiosos que consideramos mais importantes – e citados neste trabalho – entendem que as possibilidades e regularidades da língua revelam-se a partir do discurso, considerando e constatando uma relativa estabilidade para a gramática da língua. Isso significa que, a despeito de toda a instabilidade que lhe afeta, a gramática é compreendida como um mecanismo regular.

Dessa maneira, numa concepção funcionalista, a gramática é adaptável e se reconfigura constantemente, uma vez que, conforme entende Tavares (2012, p. 37):

Não se trata de uma propriedade fixa dos cérebros humanos, mas sim de um sistema dinâmico, emergente, que sofre revisão constante em termos de estocagem cognitiva à medida que é organizado e reprojetoado na fala cotidiana. As construções gramaticais são unidades de processamento, armazenadas, acessadas e constantemente afetadas pela experiência,

inclusive pela frequência, pois a representação cognitiva pode ser alterada pela exposição de uma construção inovadora a repetidas instâncias de discurso.

Em assim sendo, compreendemos que a língua não é um sistema autônomo em relação aos fatores extralinguísticos (socioculturais), sendo um reflexo adaptativo dos falantes, em suas variadas situações comunicativas. Portanto, numa situação interacional, os falantes negociam os sentidos possíveis para que ocorra uma comunicação satisfatória entre os envolvidos, havendo um esforço da parte do falante para que sua mensagem seja interpretada pelo outro, bem como este último se esforça para compreender o primeiro, valendo-se dos elementos da língua e do contexto. Assim, podem criar significados e novas formas e/ou novos significados para formas antigas, pelos processos de *subjetivização* e *intersubjetivização*, como pontua Rosário (2015, p. 40):

A subjetivização pode ser definida como a semantização de significados baseados no falante, gradualmente abstratos, pragmáticos e interpessoais [...] o conceito de intersubjetivização, que é justamente a utilização de recursos linguísticos para atuação sobre o interlocutor, com vistas à sua adesão ou anuência ao que é declarado. Nesse caso, desloca-se o foco apenas do locutor para ambos os interlocutores no discurso.

Neste caminho da *(inter-)subjetivização*, o falante procura por maior expressividade, recursos linguísticos que sejam compatíveis com a situação contextual para que a mensagem seja decodificada e interpretada pelo outro, de feita que a comunicação seja efetivada, garantindo, de fato, a interação. Ao explorar os sentidos que emanam desse *locus* discursivo, os falantes recuperam itens da língua, atribuindo-lhes novos significados, imprimindo variações e mudanças em suas trajetórias de uso.

Segundo Rosário (2015, p. 39-40), “quando ocorre essa negociação de significados, também se cria muitas vezes um contexto de ambiguidade pragmática, o que acarreta os chamados processos de subjetivização e intersubjetivização que estão a serviço de uma maior expressividade para o discurso”. Assim, seria este um dos principais fatores externos à língua que influencia as escolhas dos falantes em situação interacional.

Dessa maneira, no plano discursivo, a partir do encaminhamento dado ao conteúdo conversacional, considerando-se as intenções do(s) falante(s), os mecanismos de comunicação são acionados a fim de negociar(em) os sentidos do texto na gestão dos turnos conversacionais. Conforme os princípios apontados por Castilho (2014b, p. 94-96), nesses mecanismos, entrariam em cena:

- (i) *Dispositivo de ativação*, ou princípio de projeção pragmática, no qual o falante vale-se de sua criatividade (cognição) e dos recursos linguísticos, pela escolha de categorias cognitivas, para que sua mensagem seja compreendida pelo outro. Sendo este, nas palavras do autor, “o princípio responsável pela ativação das propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais das línguas naturais”;
- (ii) *Dispositivo de reativação*, ou princípio de recursão (correção), no qual o falante tende, em virtude dos rumos conversacionais, a ratificar algo já dito – seja por ele próprio (= *autocorreção*) ou pelo outro (= *heterocorreção*) –, de modo a realizar retomadas textuais que promovam o entendimento da conversação e direcionem a outro ponto (assunto/tema), eliminando erros de planejamento; e, o
- (iii) *Dispositivo de desativação*, ou princípio de elipse (silêncio), no qual o falante ao proferir um determinado enunciado, tem como resposta algo inesperado, que quebra a rotina (o fluxo) conversacional, alterando o rumo progressivo da interação, ramificando-a, gerando “vazios pragmáticos”, termo que Castilho se utiliza a partir da formulação das “despreferências” apresentadas por Marcuschi (1983).

Castilho (2014b) confere a estes três princípios a denominação de “dispositivo sociocognitivo”, o qual gerencia os sistemas da língua, integrando-os para a eficácia dos atos de fala (comunicação). Ainda, segundo o autor, eles operam simultaneamente para dar conta da complexidade da linguagem.

Como podemos perceber, estes princípios reforçam o componente criativo da condição humana (aspecto cognitivo) no que diz respeito à situação de comunicação, seguindo o propósito interacional da língua, de modo que durante o ato comunicativo ocorra a negociação de sentidos, em que os interlocutores se esforçam para se fazerem compreender (mutuamente), mobilizando o sistema da língua conforme as necessidades surgentes no *locus* discursivo. A esse respeito, Tavares (2012, p. 36) pontua:

É no momento da interação que o falante organiza os nacos da língua de acordo com a tendência de repetição das experiências passadas, valendo-se de construções lexicais e gramaticais já consolidadas. No entanto, para construir seu discurso de modo a ser entendido, é comum que o falante tenha de ajustar as construções linguísticas em uma tentativa de levar a convergência sua intenção e a interpretação do ouvinte, convergência essa que é dificultada pelas distintas experiências com a língua acumuladas por cada um.

Nesta perspectiva, ao mobilizar as unidades linguísticas em prol da comunicação em contexto interacional, os falantes podem criar ou atribuir novas funções a formas já existentes na língua. Essa mobilização acarreta as flutuações de uso na linguagem pela competição de sentidos que se sobressaem no discurso, enquanto atividade languageira, de maneira que, segundo Halliday (1973, p. 365), “a gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, seja qual for o uso que esteja fazendo da língua”.

Essas flutuações são os principais fatores de mudanças linguísticas, de modo que algumas variações coexistem na língua por um determinado período de tempo, isto é, convivem em uma dada sincronia, disputando, por assim dizer, a escolha do falante, podendo provocar/acarretar, por fim, a mudança do item linguístico ou, até mesmo, seu desgaste ou desaparecimento da língua. Para Martelotta (2011, p. 84):

A mudança é consequente, entre outras coisas, da relação entre a diversidade de contextos e a criatividade humana no sentido de buscar a forma ótima de comunicação, ou a mais expressiva, ou a que reflete a adoção de diferentes perspectivas da cena comunicativa.

Por entender as situacionalidades e processos linguísticos como fenômenos da linguagem, o funcionalismo procura compreender as relações entre a estrutura (sistema) gramatical de uma língua e o discurso (uso efetivo da linguagem). Esta compreensão faz-se a partir das motivações e/ou dos fatores contextuais – intra e extralinguísticos – que envolvem as situações de realização da língua, dentre os quais destacamos os aspectos social, histórico e cultural que circundam e perfazem a vida do homem em sociedade.

Neste sentido, valemo-nos da afirmação de Du Bois (1993, p. 11) que, ao atentar para a relação entre a gramática e o discurso (uso), afirma que “a gramática é feita à imagem do discurso”, bem como “o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática”. Daí, podemos inferir, em linhas gerais, que o discurso molda a gramática de uma língua e por ela é, também, moldado, numa espécie de simbiose linguística. Nas palavras de Neves (1997, p. 37):

O que se postula é uma teoria de relação entre gramática e discurso, segundo a qual os processos de gramaticalização se devem não apenas à influência da língua como sistema gramatical, mas também à influência de fenômenos discursivos. Entende-se, assim, que o comportamento sintático-semântico pode ser mais bem explicado dentro de um esquema que leve em conta a interação de forças internas e externas ao sistema.

Neste constructo, Givón (1971) pontua que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, reformulando posteriormente para “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”. Portanto, a sintaxe de uma língua reflete o entrelaçamento de outros dois domínios funcionais: a semântica (aspecto proposicional) e a pragmática (aspecto discursivo), tendo em vista que dialoga e explicita-se pela interface entre o uso e a estrutura (forma) pela qual se mostra, levando em consideração as flutuações e a regularização de padrões da linguagem. Furtado da Cunha (2012, p. 164) propõe:

Para compreender o fenómeno sintático, seria preciso estudar a língua em uso em seus contextos discursivos específicos, pois é neste espaço que a gramática é constituída. Em termos funcionalistas, essa concepção de sintaxe corresponde às noções de “gramática emergente” ou “sistema adaptativo”.

A partir desta proposição, apresenta-se a ideia geral que perpassa a linguística funcional, que tem a *função* como cerne reflexivo de suas observações e análises, unindo o funcional e o sistema da língua (a estrutura). Por este viés, formula-se também o paradigma *função > forma*, trabalhado no funcionalismo como o modo de perceber a pluralidade funcional (ou multifuncionalidade) dos itens, assim como das construções/expressões refletidas na organização do sistema interno da língua. Neves (1997, p. 12-13), a partir de Halliday, propõe que a língua, enquanto sistema, está a serviço do conteúdo, de modo que:

O falante e o ouvinte organizam e incorporam na língua sua experiência dos fenómenos do mundo real, o que inclui sua experiência dos fenómenos do mundo interno da própria consciência, ou seja, suas reações, cognições, percepções, assim como os seus atos lingüísticos de falar e de entender.

A escolha léxico-gramatical assim como a disposição das palavras na estrutura sintática revelam as intenções do falante ao proferir determinado enunciado que, por sua vez, reflete o carácter icônico da língua. Isso quer dizer que, para o funcionalismo, há uma relação de proximidade (no plano ideacional) entre o conteúdo semântico e a estrutura sintática que, por isso, mostra-se não-arbitrária. A este princípio denominamos *iconicidade* e é sobre ele que nos deteremos na seção a seguir.

2.1.1 Iconicidade

A iconicidade, no Funcionalismo, é entendida como o princípio da motivação linguística, cuja natureza confere à gramática seu carácter motivacional, considerando que há

uma relação de não-arbitrariedade entre o conteúdo e a estrutura, isto é, entre a *função* e a *forma*, de maneira que a primeira determina a segunda, mas nunca o contrário. Admite-se, portanto, que há uma relação entre cognição e gramática (NEVES, 2004), isto é, a representação linguística manifesta extensão ou complexidade de natureza conceptual.

Esse paralelismo é compreendido a partir do paradigma *função > forma*, de modo que a estrutura sintática da língua está suscetível às pressões de uso, ao conteúdo semântico que emerge do discurso e do contexto em que se realiza, de acordo com as necessidades e as intenções dos falantes, adaptando o sistema gramatical da língua. Isso quer dizer que, a partir de seu dispositivo linguístico-sociocognitivo e experiência de mundo, os falantes mobilizam formas já existentes na língua para expressar suas ideias (seu pensamento), por vezes, atribuindo-lhes novos sentidos a depender do contexto, conforme suas intenções e motivações emergentes no *locus* discursivo. Essas motivações podem ser de ordem semântica, morfológica e/ou fonética; o que implica dizer que essa escolha não é aleatória, isto é, ela é não-arbitrária, contribuindo para novas configurações da língua em uso.

O aspecto icônico da linguagem manifesta-se pela organização das informações (conteúdo) que se sobressaem pela estrutura linguístico-textual (forma), constituído a partir sequência narrativa, de modo a apresentá-las na ordem em que os fatos aconteceram no mundo biofísico. Do contrário, estima-se que a mudança da sequência narrativa (ordenação dos constituintes) serve aos propósitos do falante de apresentar as informações conforme o foco pretendido em relação ao outro, sendo assim, de caráter motivado.

Outra maneira de perceber a iconicidade diz respeito à extensão e à complexidade estrutural ou cognitiva da forma de acordo com sua carga semântica. Isto é, quanto maior a carga de informação, maior será a forma demandada para sua representação enquanto unidade linguística, seja ela um item da língua, frase ou texto. De acordo com Neves (1997, p. 104):

A consideração de uma motivação icônica para a forma lingüística implica admitir (em maior ou menor grau, dependendo do nível de radicalização), por exemplo, que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual.

Nesta perspectiva, a língua, enquanto estrutura gramatical, apresenta uma relação conceptual com o mundo referencial, traçando um paralelo entre função e forma, no plano da representação e organização textual. Tomando estas proposições acerca da iconicidade, Givón (1984) aponta três subprincípios, sejam eles:

- a) *Subprincípio da quantidade* – correspondente à extensão da forma, no sentido de que quanto maior a carga de informação, maior também será sua estrutura para codificação (representação); refere-se à complexidade estrutural;
- b) *Subprincípio da proximidade* – referente à integração morfossintática das formas correspondente ao plano cognitivo e sua representação no texto, bem como à referencialidade textual em pontos próximos dentro do próprio texto; e, o
- c) *Subprincípio da ordenação linear* – correspondente à organização do texto/discurso conforme a sequência temporal no mundo físico/referencial, como também pela topicalização da distribuição de informação na cláusula ou no texto.

Neste sentido, intuitivamente, no que diz respeito à comunicação, a carga informacional e a quantidade de forma demandada para representá-la parecem estar emparelhadas (MARTELOTTA, 2011). Como reflexo disto, temos, no subprincípio da *ordenação linear*, quanto à distribuição de informação, a formulação do plano discursivo de *tema* e *rema* na constituição das cláusulas pelo que é apresentado como *dado* e *novo*, respectivamente. Isto é, o falante topicaliza as informações no texto de acordo com suas intenções para com o ouvinte, geralmente, apresentando-lhe uma informação de conhecimento prévio (tema) para, em seguida, trazer-lhe algo que não seja do seu repertório (rema).

A organização da estrutura sintática revela-se, portanto, a partir do encadeamento das informações topicalizadas pelo falante conforme suas intenções e a ordem que as informações são apresentadas no discurso. Tal aspecto revela sua importância no que diz respeito à compreensão e à distinção da oração-núcleo em relação às orações dependentes, isto é, que a ela fazem referência. Sobre isso, Neves (1997, p. 34) se posiciona:

O “fluxo de atenção” organiza o fluxo da informação. Este, segundo Chafe (1987), tem menos que ver com o conteúdo de um enunciado do que com o modo pelo qual esse conteúdo é “empacotado” e apresentado ao ouvinte. O fluxo de informação diz respeito, pois, aos aspectos cognitivos e sociais de “empacotamento” que as pessoas fazem do conteúdo ideacional, quando falam. Em outras palavras, mais do que com o conteúdo ideacional do enunciado, o fluxo de informação tem relação com a organização que nele obtém categorias como “tópico e comentário”, “sujeito e predicado”, “informação dada e informação nova”, ou, ainda, “unidades de interação”, “orações”, “frases” e “parágrafos”.

Do exposto, depreende-se que a estrutura da língua, por estar a serviço de um determinado conteúdo, materializa-se, codificando esse conteúdo, o que implica uma relação motivacional entre função e forma.

Defendida a condição naturalmente icônica da linguagem, passamos a nos ocupar do aspecto unidirecional da mudança que os itens linguísticos tendem a percorrer ao longo de sua evolução na língua, considerando-a em seu *continuum*. É esse o tema da próxima seção.

2.1.2 Unidirecionalidade

Nos estudos funcionalistas, defende-se que a língua segue um fluxo unidirecional quanto ao seu *continuum* de mudança. A *unidirecionalidade* corresponde, de modo geral, à passagem de elementos da esfera referencial (representacionais) para a esfera gramatical, e não o inverso. Ainda que alguns processos de mudança sinalizem o contrário desta proposição, estatisticamente, estes contraexemplos não se revelam significativos para desqualificar este princípio.

Neste sentido, a mudança linguística tende a seguir tendências (certos padrões) de variação, por assim dizer, dentro de um *continuum*, desde sua expansão semântica até a sua redução morfo-fonêmica. Essa configuração está mais comumente associada ao fenômeno de *gramaticalização* (a ser discutido em seção própria). Tomando-a como base, Heine e Kuteva (2007) estipulam quatro parâmetros de tendência unidirecional para este fenômeno. São eles:

- a) *Extensão* – caracterizado pela ampliação dos contextos de uso assumidos pela forma, bem como de características estruturais provenientes destes, isto é, o componente semântico confere ao item/expressão um novo valor, emergente dos novos contextos. Relaciona-se com o aspecto da inovação linguística do indivíduo (subjativização), envolvendo componentes de natureza discursivo-pragmática e semântica. Dessa maneira, não criamos novas palavras, mas sim novas funções para elementos já existentes na língua, (re)aproveitando-as em contextos diferentes do previsto;
- b) *Dessemantização (ou bleaching)* – caracterizado pela redução semântica, de modo que, ao atuar em um novo contexto, o elemento perde parte dos seus traços semânticos originais, assumindo funções gramaticais de natureza pragmático-discursiva, isto é, ao mesmo tempo que, ganha novos sentidos e funções em novo(s) contexto(s), perde também parte de seu sentido de origem;

- c) *Decategorização (ou mudança categorial)* – caracterizado pela mudança de classe gramatical do item ou expressão linguística, de maneira que o elemento perde traços protótipos da categoria a qual pertencia, assumindo novas propriedades morfo sintáticas e discursivas da nova categoria;
- d) *Erosão* – caracteriza-se pela redução fonética da forma, acarretando perda da materialidade fonética, seja pela condensação – quando há diminuição da forma –, seja pela coalescência – fusão das formas – apontado pelo princípio da economia linguística.

Nesta perspectiva, a unidirecionalidade estabelece um *cline* de categorias linguísticas não-discretas, mas identificáveis por “semelhança ou identidade que ocorre quando palavras e sintagmas e suas partes são reconhecidas e associadas a representações armazenadas” (FURTADO DA CUNHA; BISPO & SILVA, 2013, p. 28). Isto não quer dizer, contudo, que a língua é uma representação fidedigna do universo referencial, mas uma maneira de apresentá-la pelo modo como é percebida (perceptualizada) e experienciada pelo homem, não sendo um reflexo, portanto, dessa realidade externa do mundo biofísico.

Traugott (1982), por sua vez, estabelece o *continuum* unidirecional da mudança dos itens partindo de um significado referencial (proposicional) em direção ao textual e, por fim, um significado expressivo. Esta seria, portanto, a tendência natural da mudança nas línguas, nos estudos funcionalistas, vista na passagem de um item do léxico para a gramática, e desta para o texto/discurso.

A partir deste raciocínio, compreendemos as categorias como uma organização conceptual-linguística das quais fazem parte elementos que são classificados e localizados mentalmente conforme seus traços característicos predominantes a partir da experiência do ser humano com o universo biofísico-sócio-cultural.

Contemplado o aspecto unidirecional da mudança linguística e a existência de categorias não-discretas, trataremos, então, da relação entre itens e categorias pelo princípio da marcação, tema da próxima seção.

2.1.3 Marcação

O conceito de marcação diz respeito, de modo geral, aos atributos linguísticos atribuídos a pares de formas, ou itens semelhantes, numa mesma categoria, de modo que ao

disputar a escolha do falante em determinado contexto de uso uma forma seja [+ marcada] ou [– marcada] do que a outra, isto é, trata-se da concorrência entre formas numa dada categoria.

Para aferir a marcação dos usos linguísticos, Givón (1990) aponta três critérios a partir dos quais se poderia estabelecer a distinção de uma categoria marcada em relação a uma não marcada, são eles:

- a) *Complexidade cognitiva* – a categoria marcada demanda maior esforço mental, uma atenção maior em relação ao tempo de processamento e interpretação em comparação à não marcada;
- b) *Complexidade estrutural* – a forma marcada, numa mesma categoria, tende a apresentar mais “massa morfológica” ou ser mais complexa estruturalmente em relação a não marcada, isto é, diz respeito à dimensão da estrutura; e, a
- c) *Distribuição da frequência (ou frequência de uso)* – a categoria não marcada tende a ser mais frequente, ao contrário da categoria marcada que tende a ser menos frequente em relação às demais, podendo chamar a atenção ou, até mesmo, causar estranheza no contexto de uso.

Neste sentido, percebemos que a distinção entre as formas em uma dada categoria, nesta relação entre “marcado” e “não marcado” – ou [+ marcado] e [– marcado] – dá-se pelo contraste entre dois ou mais elementos dentro de uma mesma categoria, considerando-se traços de natureza fonológica, morfológica, sintática ou semântica, como também, discursivo-pragmática. Furtado da Cunha (2012, p. 171) explica assim a marcação:

Uma forma linguística mais corriqueira, que apresenta alta frequência de uso, tende a ser conceptualizada de modo mais automatizado pelo usuário da língua e isso significa que essa forma tem pouca expressividade. Assim, quando querem ser expressivos, os falantes usam formas marcadas.

Logo, quando há a prevalência de uso de um elemento em relação aos demais numa mesma categoria, dizemos que este item é [– marcado] em relação aos demais. Assim, essa marcação é sempre relativa, pois entendemos que um determinado item, a depender do seu contexto de uso, pode ser [+ marcado] ou [– marcado] dentro de uma comunidade de fala em comparação à outra.

Exemplo disso é o conector *mas*, referenciado, na maioria das gramáticas brasileiras, como principal conjunção adversativa. De acordo com Silva (2005), em contextos opositivos,

nos quais as orações são necessariamente conectadas por uma conjunção de contraposição, há prevalência numérica do item *mas*. Isto nos possibilita entender que a frequência de uso e a marcação funcionam como critérios de escolha do item prototípico de uma determinada categoria, ou seja, aquele que reúne em seu valor semântico-gramatical as características (os critérios) essenciais de sua categoria, sendo, por isso, mais requisitado em determinados contextos.

Nos estudos funcionalistas que tratam das motivações para a mudança dos itens linguísticos, um dos epifenômenos que procura identificá-las, e que está relacionados à marcação é denominado pelo termo *gramaticalização*. Sobre esse fenômeno e seu *continuum* de variação das unidades das línguas naturais falaremos a seguir.

2.2 GRAMATICALIZAÇÃO

Nos estudos funcionalistas, a mudança linguística encontra abrigo sob o fenômeno da gramaticalização, tida como o fenômeno de mudança através do qual as unidades de valores lexicais (referenciais) passam a desempenhar valores gramaticais – estabelecendo relações entre itens e/ou sentenças –, ou, se já gramaticais, assumem valores ainda mais gramaticais, até que passam a atuar no discurso, nas relações interpessoais. Isto estaria acomodado no aspecto unidirecional da mudança linguística.

A esse respeito, Neves (2004, p. 17-18) pontua:

O estudo do processo de gramaticalização encontra abrigo privilegiado no Funcionalismo por refletir influência do sistema gramatical do funcionamento discursivo, ou seja, por obter explicação na interação entre motivações internas e as motivações externas a ele, chegando-se a postular que a gramaticalização seja um fator de equilíbrio entre tais forças em competição, equilíbrio que, afinal, permite a própria existência da gramática.

É válido salientar que, no funcionalismo, os elementos linguísticos são compreendidos dentro de um conjunto inter-relacionado no sistema da língua. Tal sistema é pluralmente funcional, assim a distinção entre unidades lexicais e unidades gramaticais trata-se de direcionamento metodológico para melhor entendimento dos fundamentos teóricos desta corrente.

Embora seja atribuído a Meillet o uso pioneiro do termo *gramaticalização*, registros dão conta de que, ainda do século X, estudiosos chineses perceberam a diferença entre as unidades linguísticas de valores “plenos” (ou “cheios”) e as unidades linguísticas de valores

“vazios”, chegando até mesmo a proporem a mudança de unidades de valores “plenos” para unidades de valores “vazios” (GALBIATTI, 2008).

Kurylowicz (1965), por sua vez, pontua o avanço de unidades de estatuto lexical para um gramatical, ou de um gramatical para outro domínio ainda mais gramatical. Hopper e Traugott (1993) reiteram esta premissa e postulam que uma vez gramaticalizadas, as unidades linguísticas continuam a desenvolver novas funções.

Como podemos perceber, esta ideia perpassa a maior parte das proposições feitas pelos teóricos da corrente funcionalista que acredita neste *continuum* unidirecional de variação e mudança linguística. Elementos de valores lexicais caminham em direção a valores gramaticais, e, se gramaticais, tornam-se ainda mais gramaticais conforme o *cline: referencial* > *textual* > *interpessoal*. Martelotta (2011, p. 80) considera que

o elemento ou expressão que originalmente apresenta sentido representacional, fazendo referência a dados mais objetivos referentes ao nosso mundo biossocial, passa a ser utilizado para expressar noções gramaticais e veicular estratégias comunicativas e atitudes subjetivas dos usuários.

Nesta perspectiva, a língua, enquanto estrutura gramatical, apresenta uma relação conceptual com o mundo referencial, traçando um paralelo entre função e forma, no plano da representação e organização textual. Heine *et al.* (*apud* ROSÁRIO, 2015, p. 38) defendem que “a gramaticalização consiste no aumento do percurso de um morfema que avança do léxico para a gramática ou de um estado menos gramatical para um mais gramatical”. Essa concepção é reiterada por Rosário (2015, p. 39) conforme a seguinte premissa:

Os estudos da gramaticalização, portanto, oferecem uma explicação plausível que dá conta de como e por que as categorias gramaticais surgem e se desenvolvem ao longo do tempo. Sua principal motivação é a necessidade de comunicação ser adequadamente efetuada. Para alcançar esse objetivo, uma estratégia humana altamente utilizada e comprovada cientificamente consiste na utilização de formas linguísticas concretas para a expressão de sentidos mais abstratos, menos facilmente acessíveis.

Hopper (1991), por sua vez, afirma que a gramática de uma língua é sempre emergente, de que maneira estão sempre surgindo novas funções/valores/usos para as formas já existentes. Assim, a frequência de uso (rotinização) do item linguístico acaba provocando o desbotamento semântico e a consequente absorção de novos valores. Dentre os enfoques mais recentes, e que nos interessam neste trabalho, destacam-se os estudos que tratam os aspectos

discursivo e pragmático apontados por Givón (1971), ao considerar os fatores extralinguísticos envolvidos no fenômeno de mudança nas línguas.

Este fenômeno de mudança é possível de ser observado em todas as línguas naturais, tendo em vista que todas elas são utilizadas com o propósito da comunicação e interação e, também, por possuírem um dispositivo sociocognitivo, como postulado por Castilho (2014b) em referência à gestão dos atos de fala na interação.

Os aspectos da mudança linguística podem ser observados a partir de recorte sincrônico ou diacrônico, percebendo o percurso histórico de uso do item ou expressão, aferindo-lhe o estágio de gramaticalização. Uma outra perspectiva dos estudos funcionalistas analisa os dados em pancronia, realizando recortes sincrônicos para compor um conjunto maior, vislumbrando seu quadro evolutivo na língua, de sorte que este é “um território em que a sincronia e a diacronia se encontram” (CASTILHO, 2012, p. 38).

A gramaticalização é, portanto, considerada o fenômeno da língua que procura investigar as regularidades e a emergência de padrões funcionais da linguagem, de modo a perceber as flutuações de uso das unidades linguísticas, bem como as motivações e o contexto em que se realizam, provocando “as alterações de propriedades sintáticas, semânticas e discursivo-pragmáticas de uma unidade linguística que promovem alteração de seu estatuto categorial” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 17).

Na perspectiva unidirecional da gramaticalização, é possível estipular um *cline* de mudança, como sugerem Hopper e Traugott (1993):

– *item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional.*

Ressaltamos que, na maioria das propostas desta linha de investigação, no plano lexical, a unidade linguística apresenta comportamento relativamente autônomo em relação à gramática (liberdade sintática) e, quando em *continuum* de mudança, passa a apresentar comportamento sintático mais previsível, portanto, mais fixo. Desta maneira, os três níveis do sistema linguístico – o funcional, o morfossintático e o fonético – são afetados por este fenômeno (NEVES, 1997).

No intuito de observar o conjunto fenomenológico da mudança, alguns estudiosos têm estipulado princípios que orientam/controlam a gramaticalização, apresentando pontos de observação dos estágios da mudança. Dentre os mais conhecidos destacam-se os parâmetros de Lehmann (1995) e os princípios de Hopper (1991). Evidenciamos, também, os processos linguísticos, que envolvem este fenômeno, apontados por Bybee (2010).

Lehmann (1995) aponta a gramaticalização como o processo de transformação de lexemas em formativos gramaticais e destes em ainda mais gramaticais (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 70). Para tanto, ao buscar observar o efeito da gramaticalização, assenta sua proposta considerando a estrutura a partir do formalismo saussuriano por meio da correlação entre os eixos paradigmático e sintagmático.

Neste sentido, Lehmann (1995) estabelece combinações no eixo paradigmático e sintagmático pela correspondência dos aspectos *peso*, *coesão* e *variabilidade* para, então, analisar o item, de modo que “quanto mais autônomo o signo, menos gramaticalizado e, quanto menos autônomo, mais gramaticalizado” (GALBIATTI, 2008, p. 27). Gonçalves *et al.* (2007, p. 70-71) consideram que

para ser autônomo, um item deve possuir certo peso no paradigma e no sintagma de que participa (*integridade* vs. *escopo*), propriedade que o diferencia dos membros de sua classe e lhe dá certa proeminência. Paradigmática e sintagmaticamente, essa autonomia diminui à medida que o item contrai certas relações de coesão (*paradigmaticidade* vs. *conexidade*) com outros signos, e aumenta quanto maior sua variabilidade, mobilidade ou alternabilidade com outros itens (*variabilidade paradigmática* vs. *variabilidade sintagmática*).

Deste modo, seus parâmetros não correspondem a processos, mas antes a propriedades variáveis do elemento linguístico, de modo que é possível perceber a gramaticalização pelo grau de autonomia na correlação entre o aumento e a diminuição do cumprimento destes parâmetros. Para Neves (1997) tais parâmetros são, na verdade, tendências apontadas por Lehmann. Sejam elas:

- 1) paradigmática: as formas tendem a organizar-se em paradigmas;
- 2) obrigatorização: as formas tendem a tornar-se obrigatórias;
- 3) condensação: as formas tendem a tornar-se mais curtas;
- 4) aglutinação/coalescência: as formas adjacentes tendem a aglutinar-se;
- 5) fixação: ordens linearmente livres tendem a tornar-se fixas (NEVES, 1997, p. 126).

Neste caso, a gramaticalização é vista pela emergência de novas categorias a partir de seus efeitos, acarretando, portanto, o surgimento de novas categorias, ao mesmo tempo que alguma categoria deixa de existir, de modo a reconfigurar seus elementos constituintes. Para Hopper (1991), tais parâmetros dão conta da gramaticalização de itens em estágios avançados, em que a mudança é reconhecidamente perceptível. Com vistas à aferição dos estágios iniciais

de gramaticalização do item linguístico, o autor propõe cinco princípios que atestam, por assim dizer, a mudança do elemento na língua. São eles:

- a) *Estratificação (layering)* – ocorre quando, dentro de um mesmo domínio funcional (categoria), novas camadas são criadas/adicionadas/emergentes em relação às camadas anteriores, promovendo a coexistência de camadas e sem, necessariamente, o descarte das mais antigas, i. e., provocam a competição entre formas;
- b) *Divergência* – ocorre quando uma mesma forma desempenha funções diferentes de acordo com o contexto em que está inserida, ainda que mantenha (parte de) sua base semântica original;
- c) *Especialização* – ocorre quando, dentro de um domínio funcional, havendo uma competição de nuances semânticas pela frequência de uso, o item passa a especializar-se em uma determinada função e/ou contexto conforme a sua rotinização na língua;
- d) *Persistência* – ocorre quando, no exercício de novas funções, o item já gramaticalizado tende a manter traços característicos de sua forma-fonte, promovendo a manutenção semântica do item e restrições sintáticas quanto ao uso da forma;
- e) *Descategorização* – ocorre quando o item gramaticalizado assume a sua nova função e, dessa forma, perde ou neutraliza marcas morfológicas e/ou sintáticas de sua forma-fonte.

Estes princípios atuam, principalmente, em formas linguísticas que estejam em estágios incipientes de gramaticalização, observando seu percurso gradual de mudança na língua. Além disso, ao investigar o *cline* do item (ou expressão), tais princípios possibilitam a observação de campos conceituais distintos (léxico, gramática, texto), ainda que não tenham limites precisos, uma vez que a língua funciona numa unidade, no conjunto de suas partes.

Embora estes princípios suplementem os parâmetros estipulados por Lehmann, Hopper (1991) não tem como propósito aferir um “maior” ou “menor” grau de gramaticalização, mas sim perceber os movimentos emergentes da língua em uso.

Nesta perspectiva, apresenta-se o construcionalismo, ou gramaticalização de construções, tendência atual da pesquisa de vertente funcionalista no âmbito dos estudos cognitivistas. Dentre os aspectos centrais dessa interface destacam-se “a maior vinculação do

binômio *função* x *forma*, que passa a ser considerado como de forte correspondência, e o maior controle na detecção, descrição e interpretação das propriedades atuantes na correlação de aspectos funcionais e formais” (OLIVEIRA, 2013, p. 148).

Essa correspondência é expressa pelo paradigma *função* = *forma*, de sorte que as propriedades que dizem respeito à *forma* (sintaxe, morfologia e fonologia) têm correspondência simbólica direta com as propriedades referentes à *função* (semântica, pragmática e discursivo-funcional), conforme Croft e Croft e Cruse (*apud* OLIVEIRA, 2013). Entendendo a complexidade da linguagem e a forte ligação desta com a cognição e a experiência dos indivíduos, Bybee (2010) define a gramaticalização como criação de novas construções, e, a partir desse prospecto, apresenta os processos linguísticos que envolvem este fenômeno. São eles:

- a) *Categorização* – propriedade cognitiva em reconhecer e associar entidades por semelhança, em representar e agrupar por meio de traços comuns;
- b) *Encadeamento* (*chunking*) – vinculação de sentido e forma de constituintes, na formação de unidades complexas;
- c) *Memória enriquecida* – estocagem de detalhes da experiência com a língua, envolvendo conhecimento gramatical, semântico e pragmático dos usos linguísticos.
- d) *Analogia* – produção de enunciados com base em outros já produzidos, que servem de modelo para novos; e,
- e) *Associação transmodal* – experiências co-ocorrentes tendem a ser associadas em termos cognitivos. (OLIVEIRA, 2013, p. 153)

Neste sentido, entendemos a *categorização* como uma distinção a partir de um modelo para cada uma das categorias, agrupadas conforme as propriedades que lhes são comuns (semelhantes); *encadeamento* como a integração entre as partes constituintes da forma, atrelando-as a um único sentido; *memória enriquecida* enquanto repertório acionado pelo falante durante o ato comunicativo em busca de expressividade para fazer-se entender pelo outro, fator responsável pela analogização; *analogização* como reinterpretação de construções preexistentes na língua utilizadas em novos contextos, diferentes dos habituais; e, *associação transmodal* como o pareamento entre forma e sentido por associação a partir da experiência do falante com a forma língua.

Embora não seja o nosso intuito adotar o paradigma construcional que equipara *função* e *forma*, atentamos para a dialogicidade que os processos descritos por Bybee (2010) têm para com os princípios apontados por Hopper (1991) para a verificação do estágio de gramaticalização dos itens linguísticos.

Traçadas as linhas gerais dos princípios que regem a gramaticalização, trataremos, na próxima seção, de um fenômeno sem o qual não haveria mudança linguística: a frequência de uso.

2.2.1 Frequência de uso

A frequência de uso de uma unidade ou expressão da língua diz respeito à sua rotinização em determinado contexto. Conforme a utilização do item e a inovação linguística do falante em situação de interação, este mesmo elemento pode dessemantizar-se de seu contexto de origem e a ele serem atribuídas novas funções em novos contextos (ressemantização), fruto da criatividade humana para fazer-se compreender em situações interacionais.

Nessa perspectiva, o elemento linguístico está potencialmente sujeito a passar por um processo de abstratização (metaforização), podendo deslizar de uma categoria para outra na relação de função-fonte para função-alvo, especializando-se nesta última. Para validar a nova função, o item precisa ser acatado nestes novos contextos por meio de um consenso (convencionalização) da comunidade de fala na qual está inserido.

A este respeito, Martelotta (2011, p. 114) afirma:

Um item – ou uma construção – começa a ser utilizado com muita frequência em um determinado contexto. A alta frequência possibilita ao usuário trabalhar com o item ou a construção mais automaticamente. Com isso o item – ou a construção – perde em força expressiva e em estrutura fonética.

Nesse sentido, a frequência de uso desempenha um importante papel quanto à mudança linguística pela dessemantização e ressemantização dos itens pelo processo de abstratização em contexto de uso: quanto mais frequente o uso de um item na língua, maiores são as chances de serem a ele atribuídas novas funções, novos valores gramaticais provenientes das forças externas do discurso. Portanto, é a partir da frequência de uso de um dado elemento e/ou expressão e de sua consequente abstratização que a língua oportuniza os fenômenos de mudança linguística, um dos fundamentos básicos da gramaticalização pela gradiência conceptual de categorias. É nessa perspectiva que Furtado da Cunha (2001, p. 2) se posiciona:

Quando uma forma ou combinação de formas passa a ocorrer no discurso com frequência crescente, ela deixa de ser um modo "inesperado" de reforçar

um ponto discursivo e começa a ser interpretada como o modo "normal" e despercebido de procedimento. A recorrência de tais expressões é um dos fatores que indica se elas são ou não consideradas pela comunidade lingüística como "gramaticais".

Inspirada em Du Bois, a autora defende que a frequência de uso atua como um dos traços que regularizam a mudança. Assim, para a autora, uma forma que se repete sucessivamente no discurso elimina a possibilidade do inesperado. A alta frequência de um item, portanto, chancela a recepção e uso por parte de uma comunidade que, naturalmente, considera uma forma recorrente como gramatical.

Dentre os aspectos mais relevantes para a mudança linguística, evidencia-se a rotinização dos itens em contextos de uso, contribuindo para a atribuição de novos valores e funções por meio da analogização e busca de expressividade na interação.

Outro aspecto da mudança que indicia um fenômeno linguístico para além da gramaticalização é a “discursivização”, apresentada pela unidade linguística em contexto de uso, principalmente envolvendo os elementos conectores de caráter conjuncional. A este respeito, vejamos a seguir.

2.3 O VIÉS DA DISCURSIVIZAÇÃO

Nos estudos da mudança linguística, a *discursivização* do item ou expressão linguística apresenta-se como uma possibilidade ao *continuum* unidirecional de mudança da língua, de modo que o elemento caminha do léxico (mundo referencial) para o nível gramatical e, por conseguinte, atua nas relações interpessoais (no discurso) como postula Martelotta (2011), ainda que nem sempre o elemento em mudança apresente obrigatoriamente este último comportamento.

Castilho (2014b) pontua que a discursivização, assim como a gramaticalização, a lexicalização e a semanticização, apresentam-se como domínios da língua-enquanto-processo, agindo simultaneamente, sem hierarquização de um em relação ao outro, acerca das mudanças decorrentes ao item/expressão. Sua formulação recai sobre o processo de criação e modificação dos sentidos (conteúdo) e da estrutura (forma) levando-se em consideração as estratégias mobilizadas e desenvolvidas durante a interação.

Aqui, tomaremos a discursivização a partir das possibilidades de interpretação do termo *discurso* dentro do aparato teórico funcionalista. Satisfaz-nos a proposição de discurso como criação de um todo coerente, um texto; no plano da interação, uma conversação. De

modo que percebemos as relações entre um falante e outro, as motivações e as intenções envolvidas neste entremeio comunicativo. Neste sentido, tomaremos a seguinte proposição de Castilho (2014b, p. 93):

A Discursivização será entendida, em consequência, como o processo de criação do texto, mormente durante uma conversação. Ela abriga um número de atividades de interação que envolvem o falante e o ouvinte (ou o escritor e o leitor), através das quais nós (i) instanciamos os participantes da conversação, construindo suas respectivas imagens, (ii) organizamos a interação, desenvolvemos o tópico conversacional, objetivando agir sobre o outro, informar ou externar sentimentos, (iii) reorganizamos a interação por meio dos processos de correção sociopragmática, (iv) abandonamos o ritmo corrente por meio de digressões e parênteses, o que habitualmente gera outros tópicos do discurso, e (v) estabelecemos a coesão textual por meio de vários expedientes.

Nesta direção, entendemos que o aspecto discursivo prevê, também, a mobilidade do item em relação/de acordo com a função exercida pelo item na construção textual. Isso quer dizer que, no aspecto comunicacional, o item ou expressão pode ser realocado dentro da construção sintática de modo a estabelecer a reorganização das informações bem como da estrutura pela qual se apresenta (é apresentada). Este movimento corresponde às motivações/intenções do falante na tentativa de chamar a atenção do ouvinte, conforme defende Martelotta *et al* (1996, p. 36-37):

Em síntese, entendemos discursivização como um processo de mudança linguística que basicamente gera marcadores discursivos (sendo a função de preenchedor de pausa a que reflete estágios mais avançados de discursivização, por ser a que menos guarda características dos usos originais). Partimos do princípio de que o que motiva esse processo é o fato de que o falante precisa de elementos que marquem estratégias interativas no sentido de reorganizar o fluxo do pensamento e, ao mesmo tempo, registrar essa reorganização para o ouvinte. Acreditamos também que esses elementos em discursivização provêm do léxico.

Deste modo, um item ou expressão que se encontra em seu percurso de mudança linguística por gramaticalização poderá também apresentar traços/nuanças da discursivização, tendo em vista iniciar seu estágio de mudança no plano lexical seguindo seu fluxo via gramática, em direção ao plano discursivo.

A mudança por discursivização pressupõe a formulação de elementos que na língua têm como finalidade organizar e/ou encadear as informações apresentadas, como também verificar a correspondência entre falante e ouvinte. Dentre as principais funções estipuladas

aos itens neste processo, destacamos os *operadores argumentativos* e os *marcadores discursivos*. Os operadores argumentativos caracterizam-se por organizar as propostas interativas, os argumentos utilizados no texto ou no discurso, orientando o fluxo de informações apresentadas. Por sua vez, os marcadores discursivos são caracterizados pelo encerramento de turnos conversacionais, no intuito de averiguar a troca de correspondência entre falante ouvinte, atribuindo-lhe um julgamento valorativo de aprovação, ou não.

Ambos os elementos, respectivamente, atuam principalmente na função fática da conversação, na qual o falante procura verificar a eficiência do canal de comunicação, de modo a estabelecer uma interação satisfatória com seu ouvinte. A este respeito, Martelotta (2011) assinala que os elementos que apresentam função de estratégia interativa na comunicação possuem valor textual, fruto da mudança acarretada por seu processo de gramaticalização.

Nessa perspectiva, itens da língua atuam no discurso de modo a organizá-lo internamente, como também enquanto estratégia comunicativa. Sendo assim, alguns elementos são mobilizados na interação como reguladores ou como mecanismos de manter a comunicação entre os falantes de um determinado *locus* comunicativo, tal como os itens de preenchimento de pausas. Este último caso ocorre quando há perda da linearidade do pensamento, do raciocínio, ou como recurso argumentativo, para a formulação e direcionamento discursivo. Neste sentido, o item pode atuar em dois níveis, conforme Ko Freitag (2009, p. 5):

A focalização de informações pode ser considerada uma função de natureza interpessoal, pois o falante, por meio de requisitos de apoio discursivo, chama a atenção para determinado trecho ou elemento textual com objetivos pragmáticos de ativar a informação na memória do interlocutor, checar a compreensão do que foi dito, destacar certas informações em relação a outras, etc., e também uma função de natureza textual, pois os requisitos de apoio discursivo podem ser usados para dar relevo a itens e trechos do texto com o objetivo de organizar o texto, ordenando segmentos textuais.

Dessa maneira, segundo o *continuum* da unidirecionalidade da mudança linguística, a discursivização apresenta-se como um dos domínios possíveis no qual o item pode vir a atuar podendo ainda vir a perder parte de sua carga sintático-semântica a ponto de manter-se na interface avaliativa de comunicação, de correspondência e de entendimento na interação.

Trata-se, portanto, da abstrativização do sentido da forma-fonte do item, de modo que este passa a apresentar características como assegurar a dinamicidade e a relação discursiva dos enunciados, constituir elementos que se repetem – sem valor referencial dentro da

construção textual –, tendem a ocorrer no fim de uma sintagma prosódico (MARTELOTTA *et al*, 1996), dentre outras características. A este respeito, Ko Freitag reitera (2009, p. 7) que “além da expansão metafórica, as formas sofrem mudança semântica que evidencia sua função interpessoal. Em contextos em que assinalam relações, os requisitos de apoio discursivo parecem ter ressaltada sua carga textual, funcionando como encadeadores do discurso oral”.

A próxima seção busca situar teoricamente o objeto de estudo desta pesquisa no que diz respeito a sua colocação nos enunciados em situação de uso e as estratégias acionadas na conexão entre orações.

2.4 A SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL E A ORDENAÇÃO DOS CONSTITUINTES NAS CLÁUSULAS

O estudo da ordenação dos constituintes na sentença, sob o olhar da linguística funcional, constitui uma ampla fonte de investigação, tendo em vista que o fluxo de distribuição de informação na cláusula apresenta marcas da expressividade do discurso a partir das motivações contextuais, servindo aos propósitos da comunicação.

Esta afirmação torna-se possível de aferição quando entendemos que as regras da gramática de uma língua são configuradas de acordo com os usos atrelados ao contexto em que se realizam, estabelecendo-se conforme “as propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença” (RAMOS, 2015, p. 189). A partir, então, das propriedades inerentes aos constituintes e da relação entre um e outro, observamos a composição sentencial com vistas à distribuição e organização da estrutura sintática conforme o conteúdo (estrutura semântica).

Neste sentido, tomaremos a ordenação dos constituintes na cláusula como ponto principal desta seção, a fim de verificar o fluxo de atenção pela estruturação do tópico. Para tanto, apresentamos as proposições apontadas por Neves (1997), no que diz respeito à relação tema-remática; por Paiva (1991), sobre a noção de informação dada e informação nova, assim como, a ordenação dos constituintes pela hipotaxe adverbial quando da mobilidade posicional das cláusulas introduzidas por *já que*, a partir de Ramos (2015).

2.4.1 Noções de tema e rema e a organização da frase

Considerando os estudos empreendidos pela Escola de Praga acerca da frase, enquanto unidade de níveis múltiplos, formulada conforme a dinamicidade comunicativa,

compreendeu-se a importância do seu papel na organização dos elementos que a constituem, principalmente, no que se refere à distribuição de informação desta por meio do texto.

Dessa maneira, a organização da estrutura frasal é concebida de modo a atender as expectativas do *locus* de comunicação, de acordo com as necessidades do falante em relação a seu ouvinte e o contexto discursivo. Conforme De Lancey (*apud* NEVES, 1997, p. 34), é possível que sejam verificados dois fluxos de atenção na constituição da frase: o fluxo de atenção natural, que tem como base a relação com o mundo perceptual e, por isso, segue uma ordem temporal dos eventos; e o fluxo de atenção linguístico, que diz respeito a mecanismos da língua a partir de combinações e motivações que levam à constituição da frase.

O fluxo de atenção, portanto, contribui para a organização do fluxo de informação; isso, de acordo com o contexto e as motivações que emergem do *locus* discursivo. Por este caminho, pressupõe-se que a organização da frase parte de uma informação conhecida ou recuperável pela situacionalidade contextual, seja ela linguística ou extralinguística, tida como a informação dada (ou velha) e direcionada para uma nova informação, isto é, que ainda não foi mencionada e/ou que não seja recuperável no discurso. A este respeito, Ramos (2015, p. 192) pontua que “a sentença é caracterizada como tendo duas partes – uma que apresenta a noção inicial, o ponto comum ao falante e ao ouvinte, e a outra que representa o objetivo do discurso, ou a informação que o falante intenta compartilhar com o interlocutor”.

Por sua vez, Pezatti (1994, p. 44) afirma:

É o fluxo de atenção que determina a ordenação linear dos sintagmas nominais (SNs) na sentença. Os SNs na sentença são apresentados na seqüência desejada pelo falante para que o ouvinte atente para eles. Alterações de ordem como alterações de voz e topicalizações são mecanismos usados para controlar o fluxo de atenção. A base do fluxo de atenção natural é a ordenação temporal de fases do evento, de modo que a ordenação dos SNs na sentença deve refleti-la. É necessário haver motivações especiais para que o fluxo de atenção linguístico não recapitule o fluxo de atenção natural.

Nesta perspectiva, temos a constituição da sentença entre tema e rema no plano da comunicação, tendo Firbas (1974) incluído o princípio do *dinamismo comunicativo* (DC), ampliando este modelo do qual depreendemos a influência que um determinado elemento da língua possui no desenvolvimento da comunicação.

No discurso, o tema é entendido como o ponto de partida (ou Origem), que tem a ver com as informações compartilhadas pelo falante no processo de interação verbal, em direção ao objetivo do discurso (Meta), correspondente ao rema, informação nova a ser compartilhada

ou sobre a qual o falante tem interesse no discurso. Sob o enfoque da *perspectiva funcional da sentença* (PFS), entendemos que esta *linearidade*² corresponde à ordem não-marcada, não emotiva, pois, segue o movimento da noção inicial em direção ao objetivo da enunciação. Inversamente, depreendemos que o movimento que caminha da Meta para Origem diz respeito ao discurso emotivo, sob o aspecto subjetivo do falante e, por isso, marcado (cf. Princípio da Marcação, discutido em seção anterior).

Neste sentido, Mathesius propõe a *transição* como elemento constituinte da sequência enunciativa, haja vista que no intercurso entre tema-rema, ou rema-tema, há elementos que ocorrem em sua periferia, de modo que ficam entre um e outro. A este respeito, Mathesius (*apud* Pezatti, 2007, p. 178) pontua:

Os meios lexicais e gramaticais da língua servem a um propósito especial imposto pelo falante no momento da enunciação, no próprio ato de comunicação. De acordo com as exigências do contexto, as unidades lexicais adquirem significados específicos, e a sentença, que gramaticalmente consiste de sujeito e predicado, divide-se em tema e rema.

Dessa maneira, os enunciados são resultado da experiência do falante com o mundo perceptual, a partir de sua consciência sociocognitiva e linguística, de modo que, conforme as necessidades do contexto situacional, ele molda a estrutura sintático-semântica, gramaticalmente, para atender aos propósitos comunicativos. Neste sentido, considerando a relação Origem–Meta e o princípio do *dinamismo comunicativo*, Firbas (1974) afirma que a distribuição básica dos elementos começa do mais baixo grau até, gradualmente, o mais alto, promovendo a progressão textual.

Na visão de Ramos (2015, p. 200), a ordenação estrutural dos enunciados:

[...] é influenciada tanto pelo fator semântico, que dá conta das diferentes relações de sentido depreendidas da combinação das orações, quanto pelo fator pragmático, que dá conta da distribuição das unidades informacionais e das funções discursivas, não apenas na micro, mas na macroestrutura textual.

Assim, a organização dos elementos na cláusula constitui um dos principais fatores de distribuição de informação na sentença, de maneira que na relação entre uma sentença e outra, há a continuidade tópica, a progressão do texto e nesse suceder-se de informação, sempre ocorre o jogo discursivo que relaciona o conhecido e o novo. É disso que tratamos na próxima seção.

² Segundo Pezatti (2007, p. 179) a “linearidade da sentença é um mecanismo que, por ser muito primitivo, tende a refletir a ordem normal e natural dos fenômenos da realidade extralinguística”.

2.4.2 Noção de dado e novo

As abordagens funcionalistas sobre o estatuto da informação na sentença convergem quanto ao reconhecimento do papel do contexto do *locus* discursivo como mecanismo de trazer à memória do ouvinte informações que contribuirão para a estruturação do discurso, como apontam Chafe (1976) e Prince (1981). Desta maneira, o falante elenca as informações de modo a apresentá-las num encadeamento progressivo com vistas ao entendimento do seu ouvinte.

Logo a distribuição de informação e, por conseguinte, dos constituintes da sentença correspondem ao aspecto do funcionamento da língua em relação ao modo como o falante organiza seu discurso (RAMOS, 2015). Dessa maneira, o falante profere seu enunciado conforme o que pressupõe ser de conhecimento do seu ouvinte para, então, apresentar uma informação subsequente. Essa temática é abordada sob o viés do empacotamento (*packaging*) da mensagem³ por Chafe (1976), Halliday e Hasan (1976), dentre outros.

Segundo Ramos (2015, p. 202), a divergência entre Chafe (1986) e Prince (1981), sobre essa temática, dá-se pela ênfase atribuída a um dos fatores determinantes para a organização do discurso, de modo que “o primeiro autor [Chafe] acentua que a capacidade inferencial é fundamental para essa estruturação; a segunda [Prince] toma como ponto de partida o texto, o que implica observar como as sequências linguísticas se dispõem para fazer o texto progredir”.

Assim, numa comunicação efetiva, o falante fornece informações que acredita estar na mente do ouvinte, ou acessíveis a este, por meio da configuração sintática, para, em seguida, apresentar-lhe uma nova informação, pelo que pressupõe não estar na consciência do ouvinte no momento da anunciação (RAMOS, 2015). Neste sentido, observamos uma orientação do discurso numa escala de menor para maior grau de informatividade, no plano de informação dada (ou velha) para informação nova.

Paiva (1991), ao tratar da ordenação de cláusulas causais, analisa a relação entre ordem e fluxo informacional, da qual a autora sintetiza quatro tipos de categorias de informações expressas na cláusula adverbial, sejam elas: (i) *velha*, correspondente à informação já mencionada; (ii) *disponível*, correspondente à informação compartilhada pelo mesmo grupo, a partir de uma realidade físico-cultural; (iii) *inferível*, correspondente à

³ O empacotamento da mensagem corresponde, segundo Chafe, “ao modo como o falante acomoda sua fala aos estados mentais do ouvinte” (PEZATTI, 2007, p. 181), isto é, a maneira como o falante apresenta sua mensagem.

informação que pode ser deduzida a partir de outra; e, (iv) *nova*, corresponde à informação apresentada pela primeira vez no momento da enunciação.

Essa distribuição da informação no fluxo textual é oportuna para o estudo do processo de gramaticalização do item *já que*, objeto de interesse desta pesquisa.

Na próxima seção, apresentamos o plano da sequenciação retroativo-propulsora proposto por Tavares (1999), o qual consideramos um dos principais indicadores de gramaticalização de itens conectores de base adverbial, sendo, por isso, uma reflexão adequada e relevante a essa descrição que faremos do item pesquisado.

2.4.3 A sequenciação retroativo-propulsora como um indicador da gramaticalização

A sequenciação textual tem-se apresentado como um dos vieses de gramaticalização e, por conseguinte, no plano de interação, de discursivização de itens conjuncionais de base adverbial da língua, como aponta Tavares (1999)⁴ em seu estudo sobre os conectores retroativo-propulsores de base locativa-temporal (*aí*, *daí*, *e* e *então*). Diz a autora:

A sequenciação retroativa-propulsora é uma construção gramatical cuja função é estabelecer uma relação coesiva entre enunciados, de modo que o primeiro serve de base para o que será dito no segundo. Essa construção realiza um movimento duplo: anafórico e catafórico (↔), pois, ao mesmo tempo que se volta para o enunciado passado como fonte de informações para o discurso subsequente, direciona a atenção a um enunciado que está por vir (TAVARES, 2012, p. 39).

Nesta perspectiva, conforme o comportamento semântico-pragmático de seus itens de estudo, a autora destaca cinco funções ligadas à sequenciação retroativo-propulsora, revelando o movimento de retroceder e propulsionar, que lhes é característico nesta função. São elas:

- a) *Sequenciação textual* – caracteriza-se pelo encadeamento de uma porção textual anterior com uma posterior, sem apresentar teor argumentativo ou de temporalidade (sem indicação cronológica), relacionando informações na sequência com informações já apresentadas;

⁴ Esta pesquisa foi primeiramente desenvolvida em 1999 pela autora em sua dissertação de mestrado e aprofundada em 2003, quando de sua tese de doutoramento. Nos referidos estudos, Tavares considera a função de sequenciação retroativa-propulsora como uma das etapas do processo de gramaticalização a partir da natureza discursiva dos itens conectores *aí*, *daí*, *então* e *e*, compreendendo que este processo tem-los transportado de empregos adverbiais para empregos mais gramaticais.

- b) *Sequenciação temporal* – caracteriza-se pela organização das informações conforme a ordem dos eventos no mundo referencial (aspecto temporal), pressupondo que um evento é antecedido pelo outro;
- c) *Consequência* – caracteriza-se pela apresentação de uma informação que é tida como consequência em relação a uma causa mencionada anteriormente;
- d) *Retomada* – caracteriza-se pela recuperação de informações da cláusula anterior, chamando a atenção do ouvinte para este movimento, havendo a possibilidade de retomar outras porções textuais que não lhes sejam imediatamente anteriores; e,
- e) *Finalização* – caracteriza-se pela adição de informações que têm por fim encerrar/fechar o fluxo discursivo, seguido pelo silêncio indicativo de encerramento do turno discursivo (TAVARES, 2012, pp. 42-44).

Como bem pontua Tavares (2012, p. 48), os planos de *sequenciação textual*, *temporal* de *consequência* possibilitam a interpretação de nuances diversas, haja vista a tenuidade das relações semântico-pragmáticas exercidas pelos conectores empregados no texto, de maneira que “para um dado falante uma informação seja causa suficiente para definir a seguinte como consequência e uma certa ordenação pode ser indicadora de sucessão textual ou sucessão temporal”, embora, para seu interlocutor, o texto apresente ambiguidade e, portanto, sobreposição de funções quanto à progressão discursiva.

No aspecto discursivo, a *sequenciação de retomada* parece-nos um recurso interpessoal da comunicação para além-texto, a depender do canal de comunicação utilizado; no plano da conversação, recupera algum tópico da discussão que, segundo o falante que realiza este movimento, precisa ser recuperado no discurso. Quanto ao aspecto finalizador apontado pela autora, está voltado para os conectivos de base locativa, como o *aí*, o que nos permite inferir que, talvez, não seja passível de verificação na perífrase conjuncional de cunho temporal, em nosso caso, o *já que*, que tem sua base adverbial de aspectualidade temporal.

Apresentados os pontos cruciais da base teórica que guiará a descrição e análise do nosso objeto de investigação, no próximo capítulo, apresentamos o percurso histórico da perífrase conjuncional *já que*, assim como seu processo de gramaticalização de acordo com outros estudos que focalizam itens de mesma base de formação na língua portuguesa.

3 A CAUSALIDADE NA LÍNGUA PORTUGUESA E O ITEM *JÁ QUE*

Neste capítulo, recuperaremos a literatura e a historicidade linguística que contempla o item conectivo *já que*, focalizando seu processo de gramaticalização na Língua Portuguesa. Para tanto, tomamos como base gramáticas do português brasileiro e estudos e pesquisas que abordam a gramaticalização de (outros) itens conectivos causais, bem como aquelas que focalizam as acepções de sentido da causalidade, já que assumimos essa classificação como ponto de partida da funcionalidade do item.

3.1 PERSPECTIVA DA CAUSALIDADE EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS

Em boa parte das gramáticas de português brasileiro, a relação de causalidade no nível interclausal é abarcada, de modo geral, sob a relação *causa-efeito/consequência*. Assim, uma ação implica um determinado resultado, expresso pelo paradigma fator $X \rightarrow$ efeito Y, podendo, em alguns casos, haver a inversão desta ordem, a depender de fatores sintáticos, como a posição de uma sentença em relação à outra, bem como o conectivo que a introduz e estabelece a conexão.

Esta perspectiva condiciona o funcionamento da linguagem ao plano referencial, de maneira que a conexão causal se apresenta por meio de uma causa para um respectivo evento, ou correspondente a um resultado. Isso faz-nos perceber que os critérios no tratamento da relação de causalidade entre cláusulas não são suficientes. Haja vista, ser uma das mais produtivas relações em uso na língua, como asseveram Ikeda e Dottori Filho (2006), para os quais as relações causais são cruciais para a comunicação, pois refletem um aspecto fundamental da cognição humana.

Há um consenso entre os estudiosos da língua de que este sentido mais estrito da relação causal não dá conta ou não corresponde à realidade da língua em uso. Tendo em vista que o falante mobiliza diversos recursos linguísticos no contexto de comunicação conforme as necessidades pragmáticas que emergem do *locus* discursivo, tal qual sejam as suas intenções.

O estudo da causalidade costuma aparecer em dois blocos linguísticos distintos nas gramáticas tradicionais: dividido no campo das conjunções, no que diz respeito aos conectivos utilizados para estabelecer a relação de causa; e, no âmbito do período composto, pela subordinação adverbial, correspondente às relações estabelecidas entre as sentenças a partir da hipotaxe adverbial.

Cunha e Cintra, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2017, p. 593), ao tratar das conjunções, conceituam-nas como “vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração”, de maneira que “as CONJUNÇÕES que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical têm o nome de COORDENATIVAS” e as subordinativas são aquelas “que ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra”. Para ilustrar tais condições, os autores apresentam exemplos a partir de trechos retirados de obras literárias, bem como orações possíveis na Língua Portuguesa.

Na sequência, Cunha e Cintra (2017) apontam os grupos semânticos, por assim dizer, que compõem os conjuntos das conjunções coordenativas e subordinativas, de modo a elencar os principais elementos conectivos de cada grupo. É válido destacar que os linguistas discorrem também sobre a posição das conjunções coordenativas, bem como atém-se aos valores (semânticos) particulares de algumas dessas conjunções (*e; mas*) nas relações entre orações.

No que diz respeito às conjunções subordinativas de causalidade, os autores afirmam que estas “iniciam uma oração subordinada denotadora de causa” (CUNHA e CINTRA, 2017, p.601), apresentando os principais elementos conectivos pertencentes a esse grupo, dentre eles a perífrase conjuncional *já que*. Os exemplos dados pelos gramáticos são outros trechos também provenientes de obras literárias brasileiras, que evidenciam o uso planejado e monitorado da linguagem. Todavia, cumprem a proposta ilustrativa dos autores, tanto no aspecto semântico quanto no aspecto de mobilidade da conjunção introdutória da oração subordinada adverbial, corroborando o comportamento sintático das locuções de base adverbial.

Em tópico próprio, Cunha e Cintra (2017) indicam a polissemia conjuncional compreendendo que “algumas conjunções subordinativas [...] podem pertencer a mais de uma classe. Sendo assim, o seu valor está condicionado ao contexto em que se inserem, nem sempre isento de ambiguidades, pois que há circunstâncias fronteiriças” (CUNHA e CINTRA, 2017, p. 604). Ao fim dessa seção, os autores destacam as conjunções de base adverbial, formuladas a partir da presença da partícula *que* que sucede o advérbio, destacando algumas locuções adverbiais, dentre elas o conectivo *já que*.

No estudo do período em sua construção, os autores estipulam que “as orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, chamam-se SUBORDINADAS” (CUNHA e CINTRA, 2017, p 608).

Desse modo, notamos que há um tratamento genérico que não dá conta da complexidade dos usos reais que envolvem a função.

Logo adiante, ao abordar a classificação das orações subordinadas adverbiais, Cunha e Cintra (2017, p. 618) afirmam que estas “funcionam como *ADJUNTO ADVERBIAL* de outras orações e vêm, normalmente, introduzidas por uma das *CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS*”, excluindo dessa proposição as orações e conjunções integrantes. Nesse sentido, ainda conforme os autores, as orações recebem suas classificações de acordo com a “conjunção ou locução conjuntiva que as encabece” (CUNHA e CINTRA, 2017, p. 619).

Nessa perspectiva, os autores apontam que as orações subordinadas adverbiais causais assim são “se a conjunção (*introdutória*) é subordinativa causal” (CUNHA e CINTRA, 2017, p. 619) e citam mais alguns exemplos extraídos de obras da literatura brasileira, reforçando o uso monitorado da língua. Desse modo, não há por parte dos referidos autores nenhuma outra alusão a outras acepções semânticas acerca da causalidade ou das possibilidades da língua em uso conferidas pela relação interclausal.

Não percebemos, também, nenhuma menção a maneira utilizada pelos autores para fazer a distinção de *causa* nos enunciados. Interessante notar que Cunha e Cintra (2017) apontam três conjunções, sejam elas *pois*, *porque* e *que*, como pertencentes ao grupo das conjunções coordenativas explicativas e das subordinativas adverbiais causais, mas, não faz referência a nenhuma outra propriedade dos itens ou categoria a que pertencem como traço definidor classificatório de sua função.

Acessando outra gramática, desta feita a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (2009), encontramos uma abordagem que avança em relação às demais no que diz respeito às reflexões apresentadas pelas gramáticas de cunho tradicionalista, ainda que não se atenha a exemplos de usos reais da língua.

O autor inicia o tópico das conjunções a partir da seção “conector e transpositor”, destacando as funções principais desses elementos, por assim dizer. Dessa maneira, compreende que “a língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado” (BECHARA, 2009, p. 319), as quais são chamadas pela tradição gramatical de conjunções. Por sua vez, essas unidades repartem-se em dois tipos, sejam elas as coordenativas e as subordinativas.

Para o gramático, “as conjunções coordenadas reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático: dizem-se *independentes* umas das outras e, por isso mesmo, podem aparecer em enunciados separados” (BECHARA, 2019, p. 319); são tidas, portanto, como *conectores*. Já as conjunções subordinativas são tidas como *transpositores*, como define o

autor, de modo que sejam responsáveis por transpor a “oração subordinada ao nível de equivalência de um substantivo capaz de exercer na *oração complexa* uma das funções sintáticas que tem por núcleo o substantivo” (BECHARA, 2009, p. 323).

A partir dessa formulação acerca do transpositores, o linguista expõe os tipos de relações conferidas às orações subordinadas e, em seguida, abre uma seção para dispor sobre a partícula *que* e as locuções conjuntivas. Nesse ponto, Bechara (2009) chama-nos a atenção para o caso de *que*:

em algumas construções, se pode alterar o significado originário do advérbio, motivado pelos significados dos lexemas que entram na oração e por uma interpretação suplementar, contextual, do falante, calcada na sua experiência de mundo. Assim, *já*, que tem valor originário temporal, ao unir-se ao *que*, na fórmula *já que*, passa a uma interpretação causal ou condicional. (BECHARA, 2009, p. 325)

Nesse prospecto, o autor dá continuidade à lista de principais conjunções subordinativas, iniciando pela categoria causal *que*, segundo ele, “iniciam oração que exprime a causa, motivo, razão do pensamento da oração principal” (BECHARA, 2009, p. 326). Neste ponto, o gramático apresenta as principais conjunções dessa categoria, mas não pormenoriza ou especifica o que compreende por “causa”, “motivo” ou “razão do pensamento”.

Na seção sobre as orações complexas de transposição adverbial, o linguista pontua que “as subordinadas adverbiais propriamente ditas, (*são*) porque exercem função própria de advérbio ou locução adverbial e podem ser substituídas por um destes (advérbio ou locução adverbial)” (BECHARA, 2009, p. 471), expressos pelas noções de *tempo*, *lugar*, *modo*, *causa*, *concessão*, *condição* e *fim*.

Em “outras particularidades das orações adverbiais”, o autor reforça a definição que orienta as características das orações subordinadas adverbiais como aquelas que exprimem “a causa, o motivo, a razão do pensamento expresso na oração principal” (BECHARA, 2009, p. 493). Aqui, o gramático destaca as principais conjunções pertencentes a essa categoria, sejam elas: *que* e *como* (com valor semântico = porque); *visto que*; *visto como*; *porque*; *já que*; *uma vez que* e *desde que* (com verbo no indicativo) etc. Logo depois, apresenta os seguintes exemplos de possibilidades de uso:

Saiu cedo *porque* precisou ir à cidade.
Como está chovendo, transferimos o passeio.
Desde que assim quiseram, vão arrepender-se.

Sendo assim, não há nenhuma especificidade quanto à modulação de quais critérios foram utilizados para que o gramático chegasse a esse posicionamento. Os exemplos apresentados, conforme podemos observar, dizem respeito ao sentido estrito, de maneira que a hipotaxe adverbial dá-se pelo encaixamento de informações que expressam circunstâncias de complementação causal, de uma oração subordinada (dependente) para com a principal.

Vitral, em sua *Gramática Inteligente do Português do Brasil* (2018), ao tomar as orações como representação de como concebemos um evento, seja do mundo real ou do imaginário, aponta as conjunções como “palavras que nos ajudam a compreender as relações de significado que existem entre as orações ou entre as palavras” (VITRAL, p. 170).

Dito isto, ao deter-se sobre o estudo das conjunções, o autor distribui e organiza-as em doze (12) grupos correlatos que, semanticamente, estabelecem entre si funções equivalentes quando em situação de uso da linguagem. Embora não tenhamos percebido uma especificidade no que diz respeito à nomeação e, por conseguinte, distinção das conjunções causais, observamos que Vitral (2018, p. 171) localiza as conjunções *porque*, *pois* e *por isso* no segundo grupo, haja vista entender “o que é dito numa das orações é compreendida como sendo a **causa** ou como uma **explicação** do que é dito na outra, e a conjunção utilizada deixa isso claro” (VITRAL, p. 172), dado o exemplo:

A palmeira cresceu bastante **porque** o caseiro molhou a planta.

Aqui, ainda que não seja um exemplo real de uso da língua e sim uma representação de uso, fica evidenciado a causa (ter molhado a planta) como fator relevante para o crescimento da palmeira e, por isso, assume, de acordo com o linguista, o papel temático de *causador* em relação à primeira oração.

Nesse sentido, podemos depreender que há, segundo o autor, uma correlação entre causa e explicação, tanto na ordem das orações coordenadas explicativas quanto nas orações subordinadas adverbiais causais.

Assim sendo, a *causa* tida como razão de alguma coisa é tomada como justificativa ou explicação quando Vitral (2018) leva em consideração as orações complexas encaixadas no nível da explicação. Por isso, ainda nessa seção, o linguista afirma que “muitas vezes, é difícil distinguir as orações articuladas pela noção de **razão** das orações subordinadas cujo papel semântico é o de **causador**”, haja vista que “nos dois casos, o falante propõe uma explicação para que determinado evento aconteça ou possa acontecer” (VITRAL, p. 340).

Em tópico próprio acerca das orações compostas por relação de subordinação, Vitral (2018) retoma o estudo da causalidade sob a perspectiva das orações moderadas, de maneira a atender às expectativas circunstanciais provenientes da relação semântica entre as orações co-dependentes. Na tradição gramatical, os aspectos semânticos de circunstância são comumente expressos por meio de advérbios e, por isso, são tidos como agentes modificadores. Para situar o leitor, o autor aponta o seguinte exemplo:

ORAÇÃO MODIFICADORA



Não consegui passar de ano, **porque ficava o dia todo na academia.**

Assim, o fato de passar todo o dia, ou todos os dias, na academia foi a causa de o sujeito não ter obtido êxito, evidenciando a relação de causa e efeito em relação ao evento descrito.

Em sua explanação a respeito dessas orações subordinadas modificadoras de causalidade, o linguista destaca o papel temático de *causador* desempenhado por uma oração em relação à outra. Dessa maneira, para o autor, realçamos durante a comunicação a *causa* de algo ter ou não ter acontecido, de maneira que “é o falante que escolhe a que causa atribuir um acontecimento” (VITRAL, 2018, p. 335).

Não há outros apontamentos nessa sessão que sejam específicos acerca da causalidade e demais aspectos semânticos que incidam sobre ela. Salientamos que, ainda que tenha formulado um quadro de grupos de conjunções e locuções conjuntivas de pares correlatos semanticamente, o autor não faz menção a perífrase conjuncional ***já que***, objeto de observação desse estudo. Todavia, entendemos que em seus apontamentos sobre as conjunções e suas funções sintáticas há uma abertura para a relação de justificativa, explicação, razão, como destaca Galbiatti (2018), seguindo a proposição funcional da expressão linguística em contexto de uso.

Em sua obra *Nova Gramática do Português Brasileiro* (2014a), Castilho, ao abordar as propriedades da sentença complexa e sua tipologia, detém-se por sobre a combinação de sentenças e a gramaticalização de conjunções. Disso, depreendemos que o linguista leva em consideração as relações de combinação intersentencial e, a partir disso, dispõe suas tipologias, bem como um olhar sobre o fenômeno de gramaticalização das conjunções.

Para o autor, em relação às sentenças complexas, é necessário observar alguns quesitos, sejam eles: “(i) formas de ligação; (ii) graus de coesão; e (iii) tipologia” (CASTILHO, 2014a, p. 337). Assim, quanto ao aspecto (i), Castilho (2014a) atem-se à *justaposição*; à *relação*

conjuncional, que se dá pela coordenação ou pela subordinação; à *relação de subordinação não conjuncional*, marcada pelo verbo; e à *correlação*.

Quanto ao aspecto (ii), o gramático trata do grau de integração das sentenças, isto é, avalia o grau de encaixamento de uma sentença para com a outra, numa escala de menor encaixamento (*estruturas independentes*, ou *coordenadas*), encaixamento (*estruturas dependentes*, ou *subordinadas*) e maior encaixamento (*estruturas interdependentes*, ou *correlatas*). Essa proposição corrobora para com o *cline* de abstrativização da parataxe→hipotaxe, apontada por estudos funcionalistas. Nesse sentido, no que diz respeito ao aspecto (iii), Castilho (2014a) propõe as seguintes tipologias: coordenação ou independência; subordinação ou dependência; e correlação ou interdependência.

Levando em consideração as circunstâncias gramaticais, semânticas e discursivas, a partir da Linguística do Texto e da Análise Conversacional, o autor aciona Beaugrande (*apud* CASTILHO, 2014a, p. 340) para destacar a junção dentre as propriedades do texto, conferidas em três possibilidades:

1. *Conjunção*: junção de pelo menos dois elementos cujo contexto é visto aditivamente ou como uma semelhança (*e, também, além do mais, em aditamento a etc.*);
2. *Disjunção*: dois elementos cuja relação com o contexto é alternativa (*ou, ou... ou, ora... ora etc.*);
3. *Contrajunção*: elementos relacionados antagonicamente com o contexto (*mas, contudo, todavia etc.*).

Em seguida, apresenta um quadro de *conectivos pragmáticos* e *conectivos semânticos*, segundo Bazzanella (*apud* CASTILHO, 2014a, p. 340). Os conectivos pragmáticos do PB, de acordo com autor, foram denominados *marcadores discursivos*; já os conectivos semânticos dão conta dos conectores e suas relações intersentenciais.

Diferentemente de outros autores da literatura gramatical, geralmente mais normativos, Castilho (2014a) apresenta em tópico próprio a gramaticalização das conjunções. Nesse prospecto, o autor descreve o processo de recategorização de algumas classes de palavras, de maneira a realocar itens linguísticos conforme a função prevalente no uso corrente da língua.

Ao reportar-se às propriedades semântico-sintáticas das conjunções, o referido autor toma por base a proposição dada por Ilari (2008), na qual denota-se a função conectiva, cuja capacidade aplica-se particularmente às orações. Mais adiante, ao apontar para a subdivisão das conjunções (coordenativas e subordinativas), Castilho (2014a, p. 344) afirma que:

O exame de dados da língua falada mostra que relações tais como a de causa não dependem de conjunções. A causa pode ser expressa (i) por um complemento interno à oração; (ii) por verbos do tipo de *causar*, *provocar*; (iii) pela retomada mediante um anafórico, em função de complemento de causa; (iv) por substantivos que indicam causa ou motivo; e (v) pela implicação, intermediada pela noção de relevância.

Desse modo, o contexto (enquanto *lugar* de fala), bem como a própria composição linguística interna fornecem pistas do aspecto da causalidade envolvido na atividade linguageira.

Referindo-se às subordinadas adverbiais, o linguista inicia o tópico situando o interlocutor a respeito da função que a oração subordinada vai exercer em relação à oração matriz: nesse caso, de adjunto adverbial, por assim dizer. Aqui, Castilho (2014a) discorre sobre o *continuum* da gramaticalização das orações subordinadas adverbiais a partir de outros estudiosos da língua, conferindo o estatuto de bem gramaticalizadas às condicionais e às causais.

Para descrever a perspectiva lógico-semântica das adverbiais causais, o linguista recorre à proposição de Neves, Braga e Hattner (*apud* CASTILHO, 2014a, p. 374) de que

a construção causal pode ser caracterizada como a junção entre um evento-causa e um evento-consequência ou evento-efeito. Concebida dessa forma, a relação causal implica uma sequência temporal entre os eventos, à qual se soma a ideia de que o segundo evento é previsível a partir do primeiro (ou porque tem nele a sua razão, ou porque há entre eles uma sucessão regular).

Assim sendo, há um jogo linguístico quanto às propriedades discursivas das causais na relação *fundo* e *figura*, as quais tomamos pelas noções de *tema* e *rema* na organização da frase pela PFS, no capítulo anterior de nosso estudo. Castilho (2014a) destaca os itens linguísticos *porque*, *desde que*, *como*, *que* e *já que* como conjunções que introduzem uma oração adverbial causal, pontuando a primeira delas como prototípica da causalidade no PB. Para além das propriedades discursivas da conjunção *porque*, não há outros apontamentos sobre as demais conjunções da causalidade.

Neste prospecto, percebemos que, em sua maioria, não há, portanto, uma reflexão adequada ao tratamento da causalidade em seus diversos aspectos, isto é, para além do sentido estrito, referencial e intralinguístico. De maneira que a definição proposta pelos gramáticos mais normativos não se mostra suficiente para englobar as possibilidades quanto aos usos reais da língua.

Ainda que estipulem as conjunções pertencentes a dois grupos distintos – coordenadas explicativas e subordinadas adverbiais causais –, alguns dos autores aqui elencados não fazem nenhuma observação quanto à tenuidade discursivo-pragmático entre uma classificação e outra, o que nos leva a inferir que a classificação advém pelos critérios de ordenação sintática e prosódia, como pontua Paiva (1991).

Obviamente, compreendemos que os objetivos das gramáticas elaboradas por esses autores, nos contextos em que são produzidas e nos quais circulam, restringem as possibilidades de verticalização analítica. Seu escopo prende-se à descrição panorâmica dos termos e funções já tradicionalmente consagrados, o que as impede de ampliar determinadas reflexões, especialmente, aquelas pautadas nos usos linguísticos em situações reais de interação.

3.2 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA DA RELAÇÃO CAUSAL

Ao tomar a causalidade em sua *Gramática do português falado*, Neves (1999) parte da definição *stricto sensu*, comumente apontada nas gramáticas de cunho tradicional, e pontua que tal proposição, estreitamente entendida, implica em subsequência temporal. Entretanto, para a autora, as expressões linguísticas de conexão causal não se restringem a esse tipo de indicação somente, decorrente de uma relação de “causa real” ou “causa efetiva” entre eventos, dentre outras implicações que se dizem “causais”, mas também a outras zonas mais amplas e complexas da causalidade, visto que há uma “multiplicidade de relações semânticas que se abrigam com rótulo “de causa”, mesmo sem construir-se em termos de relações de consequência” (NEVES, 2014, p. 115).

A linguista chama a atenção, a partir dos exemplos elencados com base no uso, para os aspectos cognitivo e intersubjetivo envolvidos na situação pragmática, quanto à mobilização dos recursos linguísticos no ato enunciativo. Sendo assim, o falante mobiliza e distribui as informações (estrutura argumental) e juntivos (estrutura sintática) conforme “a organização discursiva, especialmente por pressões de continuidade tópica” (NEVES, 1999, p. 470-471).

Sua proposição está assentada sob a proposta dos autores Dik, Sweetser (a qual abordamos na seção 3.4) e sobre a discussão das metafunções de Halliday, sejam elas:

- a) Relação entre *eventos*: no plano ideacional (ou experiencial), diz respeito à relação entre fenômenos externos à situação comunicativa, correspondente ao domínio do conteúdo da realidade externa;

- b) Relação entre *argumentos*: no plano interpessoal, diz respeito à representação que se estabelece no jogo discursivo em que uma proposição é representada após a outra. Neste caso, interna à situação comunicativa (NEVES, 1999, p. 473).

Neste sentido, compreendemos que a autora considera a complexidade de domínios envolvidos na construção dos enunciados de teor causal, de maneira que não se pode observá-los apenas pelos esquemas lógicos. Assim sendo, a interpretação adequada da causalidade “depende de uma escolha pragmaticamente motivada para a consideração do que esta relação representa” (NEVES, 1999, p. 494).

A partir desta perspectiva, tendo a relação causal enquanto categoria cognitiva, Amorim (2012) estipula uma escala crescente de abstratização, de acordo com o continuum de nuances apresentadas pela autora:

causa efetiva (entre predicacões) > causa formal (entre proposições) > explicação (entre enunciados)

Desse modo, a *causa efetiva* relaciona-se com a dinâmica temporal entre dois eventos, de maneira que um precede o outro, pela relação *causa-consequência* ou *causa-efeito*; a *causa formal* pauta-se na proposição de julgamento, de crença ou em um conhecimento do falante em relação à situação interacional, da qual ele se utiliza para construir sua enunciação, o que poderíamos denominar de *causa implicada*; e *explicação*, conferida às relações intersubjetivas vinculadas aos aspectos semânticos de justificativa, razão e/ou motivo, capazes de abarcar outras nuances de significado.

Como podemos perceber na síntese que trouxemos aqui, o ambiente em que se instala a descrição e a análise do domínio da causalidade é complexo e demanda reflexões que levem em conta os usos linguísticos. Certamente, há muito o que explorar e sistematizar nessa área, considerando não só o que a tradição gramatical já descreve/prescreve, como também, a flutuação de sentido e funções a que a língua está passível devido a sua natureza dinâmica e fluida. Em seção posterior, tornaremos a tocar neste tópico.

Já que é assim, falemos, na sequência, mais especificamente, acerca do *já que*.

3.3 O SURGIMENTO DO ITEM *JÁ QUE*

Neste trabalho, tentamos acomodar o objeto de estudo, o item linguístico *já que*, na

compreensão de que a língua é um fenômeno social, encontrando-se à disposição dos falantes para resolverem suas necessidades interacionais em situação de comunicação. Dessa maneira, conforme já explicitamos, depreendemos que o código (estrutura) das línguas é sensível às pressões de uso, sejam elas de ordem externa (extralinguísticas) ou interna (autorregulação do sistema linguístico) e, por isso, são passíveis de variação e de mudança.

Um dos principais fatores da mudança linguística é consequente da tentativa da busca incessante de conferir expressividade à linguagem, apresentada pelos falantes da língua. Essa permanente tentativa de fuga ao clichê influencia a renovação tanto do léxico como do acervo gramatical das línguas, o que consiste numa tendência universal das línguas naturais. Desse modo, palavras e expressões são utilizadas em ou recrutadas para diferentes contextos, ampliando seu escopo semântico, de maneira que passam a atuar em domínios diferentes de sua origem, especializando-se em outras funções de acordo com o contexto inovador no qual se insere.

Nesta perspectiva, apresentam-se alguns itens linguísticos que, num primeiro momento, passam por um *bleaching* (desbotamento semântico), ao passo que ampliam sua carga de significado conforme a situacionalidade da ocorrência, realocando o item em outras categorias desta mesma língua. Neste *continuum* de mudança, o elemento pode preservar sua função ou, a partir de reanálise, ser recategorizado, partindo de domínios [+] lexicalizados para domínios gramaticais, ou ainda [+] gramaticais, conforme defende a teoria acerca da gramaticalização.

Dessa maneira, itens linguísticos passam a desempenhar novas funções de acordo com as necessidades discursivas surgentes no *locus* de comunicação, o contexto, que integra todos os fatores em seu entorno, sejam eles pragmáticos, semânticos, cognitivos, (inter)subjetivos etc. Como exemplo deste constructo temos as partículas conectoras, tais como as conjunções e locuções conjuntivas, que conforme as motivações pragmático-discursivas, expandem o valor semântico (conteúdo) de um determinado item, fazendo com que a estrutura pela qual se apresentam (forma) passe pelo processo de renovação linguística. Para Meillet (*apud* LONGHIN-THOMAZI, 2003, p. 82), o falante sabe que “não é necessário lançar mão de formas especialmente criadas para substituir aquelas já descartadas pelo uso, basta aproveitar formas já disponíveis na língua e atribuir a elas uma nova função”.

Em sua tese sobre a perífrase conjuncional *só que*, Longhin-Thomazi (2003), a partir de Câmara Jr., aponta a multifuncionalidade do elemento *que*, tendo em vista que este seria um dos índices básicos de subordinação da Língua Portuguesa. Para a autora, a conjunção subordinativa resulta de um “esvaziamento da significação pronominal da forma neutra **quid**

do pronome indefinido-interrogativo e sua coalescência com a outra forma neutra **quod**, reservada ao pronome relativo”, porque, segundo a autora, ocorre, também, “a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa **quam** e da conjunção causal **quod**. De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional **que** para os mais variados padrões frasais.” (Cf.: p. 105).

Muito produtivas são, em geral, nas línguas românicas provenientes do latim, estratégias de renovação linguística em que palavras de diferentes classes gramaticais – sejam elas nomes, verbos, advérbios, pronomes ou preposições – são recrutadas para usos em novos contextos passando a desempenhar funções de valores semelhantes ao de outros itens da nova categoria.

Outra estratégia igualmente produtiva, diz respeito à combinação de palavras de diferentes categorias com a partícula *que*, item que no repertório da nossa língua apresenta uma pluralidade de funções atreladas a sua forma. Dentre as possibilidades de combinações, temos: *advérbio + que* (agora que, ainda que, logo que); *preposição + que* (até que, desde que, para que); *preposição + nome + que* (ao passo que, de maneira que); *verbo participio + que* (posto que, visto que); etc. Neste sentido, Longhin-Thomazi (2004, p. 219) pontua:

Há um consenso de que tais transformações são conduzidas por dois mecanismos diferentes, mas complementares. Um deles é a transferência metafórica, que consiste na projeção, em passos discretos, de significados de um domínio cognitivo mais concreto para um domínio mais abstrato, e o outro é a transferência metonímica, que consiste na transição gradual e contínua de um significado A para um significado B, por meio da reinterpretação contextual.

Não distante desta realidade, apresenta-se a perífrase conjuncional *já que*, a qual, assim como outras perífrases conjuntivas da nossa língua, apresenta valor de causalidade. Este item linguístico tem como base formativa a partícula *já*, advérbio que expressa circunstância de tempo e, conforme Ernout e Meillet (1951), é derivado do advérbio temporal latino *iam*, cujo sentido sinalizava com frequência os tempos presente e futuro, e, em alguns empregos, fazia referência ao passado, isto conforme o termo da forma verbal que o acompanhava.

De acordo com Longhin-Thomazi (2004), o advérbio de tempo *já* apresentava dois tipos de emprego no português arcaico: ao ser associado aos verbos no pretérito, indicava momento transcorrido, finalizado, em suas palavras, “reforçando a perfectibilidade do verbo”; e, quando combinado com verbos no presente, faziam referência ao período atual, ao momento presente.

Ao realizar este levantamento, a autora afirma que, ainda no português arcaico, foi possível observar a ocorrência deste elemento (*já*) com função causal, conforme o contexto, conservando a sua noção de temporalidade. Vejamos o exemplo fornecido pela autora:

E quanto esto souberom em terra de Judea, fezerom gram planto por Jonatas, cuidando que era morto. E os gentijs, que moravam a rredor de Judea, disserom: já os Judeus nom ham princepe, teremo-los do mundo. E ajuntou Triphom sua hoste pêra vijm a terra de Judea para a destroir (14BMP, p.406) [E os gentis, que moravam ao redor da Judéia, disserom: como/agora que os Judeus não têm príncipe, teremo-los do mundo]. (LONGHIN-THOMAZI, 2004, p. 229)

Deste modo, valendo-se da estratégia de substituição de um conector por outro de mesmo valor semântico ou da mesma categoria gramatical, a autora evidencia o valor polissêmico⁵ do advérbio, um dos principais indicadores do fenômeno de gramaticalização. Neste exemplo, a noção de tempo é apontada pelo uso de *agora que*, indicando período atual (presente), e a causalidade é ativada pelo emprego de *como*, neste caso, relacionado à circunstância de uma eventualidade, voltada, portanto, para uma causa. Ainda segundo a autora, os primeiros registros do emprego da perífrase *já que* com sentido de causalidade datam dos séculos XVI e XVII.

A seguir, apresentamos a perífrase conjuncional *já que* acomodada no seu ambiente funcional: a noção de causalidade.

3.4 JÁ QUE E A CAUSALIDADE

O termo *causalidade* na Língua Portuguesa, em sentido mais estrito, é entendido por expressar a circunstância de causa (CUNHA e CINTRA, 2017), ou a noção de causa, motivo, razão do pensamento (BECHARA, 2009). Deste modo, a causalidade implicaria três pressupostos pela perspectiva causa-efeito, sejam eles: condição, tempo e agentividade (OLIVEIRA, 2016).

Paiva (1991), compreende a noção de causa de modo mais amplo, como em *causa alegada*, que não se distingue claramente do conceito de argumento, de maneira que, embora

⁵ A polissemia corresponde à capacidade de plurissignificação que a palavra (termo da língua) tem conforme o contexto enunciativo, de modo que os sentidos evocados pelo elemento estejam relacionados a ele. Salientamos que é preciso que um item linguístico apresente aspecto polissêmico (possua mais de um sentido) para que se instaure o fenômeno de mudança por gramaticalização, contudo, o caminho inverso não se faz necessário. Isto é, o item não precisa passar pelo processo de gramaticalização para que seu escopo semântico seja ampliado (aspecto polissêmico).

atue no discurso como uma causa possui, contudo, *status* de argumento. Neste caso, as causas alegadas podem abarcar também o valor de explicação, justificativa, de acordo com as relações semânticas entre os enunciados.⁶ Esta proposição diz respeito às possibilidades que emergem do discurso, visto que as prescrições normativas não dão conta de explicá-las apenas pela situacionalidade de causa-efeito.

De modo geral, as gramáticas normativas (tradicionais) apontam para uma “causa real”, correspondente ao mundo referencial e, por isso, “causa efetiva”, voltada para uma ação, levando-se em consideração que a língua é um reflexo da perceptualização dos falantes em relação ao mundo referencial, aos fatos que nele acontecem. Neste estudo, em sentido mais amplo, consideramos os aspectos pragmáticos e discursivos do contexto de comunicação e interação possibilitados pelo uso real da língua.

Ao tomar a relação causal, Paiva (1991) propõe que “o falante apresenta um fato X como origem ou motivação para um efeito Y”, de modo que, na relação entre enunciados, pode haver tanto a anteposição quanto a posposição da causa em detrimento do resultado. A partir deste panorama, a autora adota a perspectiva causa-efeito e argumento-conclusão para a abordagem da causalidade, no intuito de perceber as relações entre cláusulas e a ordenação destas pelo contexto. É a essa perspectiva que nos afiliaremos neste estudo.

Neste sentido, podemos compreender melhor as relações causais a partir de três domínios apontados por Sanders e Sweetser (2009), sendo eles:

- (i) o *domínio referencial* apresenta-se no nível do conteúdo, das predicções, no que concerne às relações entre fatos (eventos), possíveis de aferição no mundo referencial;
- (ii) o *domínio epistêmico* baseia-se no conhecimento, julgamento ou crença do falante a cerca do que propõe, de maneira que há uma suposta relação de correspondência entre um dado apresentado e a *causa*, perpassada pela avaliação do falante; e,
- (iii) o *domínio dos atos de fala* refere-se à perspectiva da justificativa/explicação, num nível interpessoal, podendo sinalizar sugestão, ordem etc.

Vejamos alguns exemplos, de dados por nós coletados, nos quais emerge o uso da perífrase conjuncional *já que*:

⁶ Esta noção é também reforçada por Galbiatti (2008) ao realizar um estudo comparativo sobre o processo de gramaticalização entre as perífrases conjuncionais *agora que* e *já que*.

(03) #**jáque** #nãoganhei #comprei (*Usuária da internet, via Instagram, em 29 de ago. de 2017*)

(04) [Ironia] **Já que** eu não posso ter minha própria academia pra não ter que malhar com os plebeus que so atrapalham quem quer focar de verdade [/ironia], vou la renovar minha matrícula (*Usuário da internet, via Twitter, em 16 de jan. 2018*)

(05) obvio que a partir dai eu cogitei a possibilidade de estar grávida e liguei pro meu parceiro

como era um dia de semana (e a gente morava muito longe um do outro e nenhum dos dois tinha carro) ele não pode ir me ver

a gente fez o teste por facetime, juntos, e deu positivo. eu não sei explicar até hoje o que eu senti, mas a ficha não caiu naquele dia

eu precisava de alguém comigo **já que** morava numa cidade nova e totalmente longe da minha família, então chamei uma amiga (*Usuária da internet, via Twitter, em 18 de out. de 2017*)

No exemplo (03), apresenta-se o texto da legenda que acompanha uma imagem publicada em rede social, na qual a usuária está vestida com a camiseta do seu time. Aqui, percebemos que a falante faz uma relação direta entre elementos do mundo referencial e sua enunciação, evidenciado por meio dos verbos que vinculam ações do sentido *causa-efeito* ao objeto ao qual a falante se refere (já que não ganhei a camiseta do Flamengo comprei). Deste modo, a sequência enunciativa segue uma lógica de fatos do mundo real (não ganhei – *causa* $X \rightarrow$ comprei – *efeito* Y), concretizando a ação pelo *domínio referencial*.

Em (04), o falante utiliza-se de uma argumentação sustentada pela condição de não ter uma academia particular e ter que utilizar o mesmo espaço e aparelhos que outras pessoas, por isso, irá renovar a matrícula, que reflete a conclusão a que chegou diante da situação (*causa* $\rightarrow$ *resultado/conclusão*). Neste caso, de acordo com o *domínio epistêmico*, notamos uma elaboração do discurso no intuito de apresentar a avaliação por parte do falante, explicitada pelo termo “ironia” que aparece entre colchetes logo no início da sequência enunciativa, na tentativa de imprimir o estado de humor do falante ao texto, correspondente à causa, e como fechamento da situação, o resultado: renovar a matrícula na academia.

No exemplo (05), retirado de uma sequência narrativa em que a falante relatava sua experiência com o aborto, observamos que ela apresenta a condição em que se encontrava, no primeiro plano e, em seguida, aponta a explicação para tal situação. Embora pareça-nos também um motivo (ou razão), o contexto enunciativo e a carga semântica do verbo *precisar*,

na primeira cláusula, dão vazão para que atentemos para o teor explicativo da segunda sentença em relação à primeira, visto que a terceira direciona para um desfecho enunciativo. Neste caso, temos a impressão de que o falante aproxima seu texto de uma realidade oral pelo diálogo que tenta produzir a partir de sua elocução, no sentido de sustentar sua argumentação e convencer o seu interlocutor, portanto, pelo viés dos *atos de fala*⁷.

Percebemos, então, que há uma tenuidade entre os domínios pelos quais a causalidade se apresenta, de maneira que as fronteiras semântico-pragmáticas entre um domínio e outro não são tão claras no que diz respeito à classificação da relação causal. Os usos evidenciam a expansão linguística pela qual os itens conectores causais vêm passando, fazendo com que acarretem diferentes (sub)funções a partir de diferentes contextos, conforme a abstratização da noção de causa, seguindo o *cline* de gramaticalização:

referencial > epistêmico > atos de fala.

Isso significa que o percurso tem origem na experiência perceptual do mundo real, indo até a inserção num universo subjetivo em que emerge o sentido mais abstrato atribuído pelo falante sob influência do *locus* discursivo.

Nesta perspectiva, podemos entender que, de modo geral, os conectores apresentam características que os incluem numa determinada categoria, favorecidos pelo uso em contextos específicos. A ampliação do escopo semântico deve-se também, segundo Degand e Sanders (*apud* OLIVEIRA, 2016, p. 24), à perspectiva de outros elementos co-ocorrentes na mesma categoria, que visam “contribuir para a expressão do sentido da relação no discurso”.

Dessa maneira, muitas conjunções e locuções conjuntivas foram formadas e estabeleceram-se na língua a partir de contextos específicos de uso, desenvolvendo suas características prototípicas, agrupando-as por meio de seus traços semânticos relativamente afins. A busca pela expressividade como recurso linguístico promove o desbotamento semântico e a consequente expansão de seu sentido, podendo o item absorver ou desenvolver novas propriedades e/ou novas funções, bem como sua recategorização na língua conforme os usos.

⁷ Por *atos de fala* compreendemos os atos de enunciação do sujeito em *locus* comunicativo conforme suas intenções (objetivos) para com seu ouvinte. De modo que por mecanismo injuntivo, o sujeito se posiciona a respeito de determinado tema na tentativa de causar algum efeito, de persuadir, convencer seu interlocutor. (CASTILHO, 2014a)

Esta premissa evidencia não somente a dinamicidade (não-estaticidade) das línguas, como também a relativa regularidade de propriedades e de comportamento dos elementos linguísticos conforme o *locus* discursivo, apreendidos no conjunto de regras que compõem a gramática de uma língua. Nosso olhar sobre o *já que* parte desse lugar para tentar ampliar as reflexões sobre o item e seu domínio funcional.

No próximo capítulo, apresentamos o perfil metodológico que perpassa os aspectos da presente pesquisa, no que diz respeito ao direcionamento e tratamento dos dados da nossa análise.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo objetiva apresentar os aspectos metodológicos que apontam a seleção e descrição dos dados aqui utilizados, bem como o delineamento e análise do item linguístico *já que*, objeto de estudo desta pesquisa. Nesta perspectiva, assinalamos os principais pontos de discussão, convergentes ao nosso aporte teórico, de modo a perceber interpretações possíveis às configurações discursivo-pragmáticas presentes na sincronia atual quanto à observação e descrição do fenômeno de gramaticalização do elemento em foco.

Para tanto, consideramos o seu estágio de gramaticalização a partir dos princípios de Hopper (1991); a ordenação das cláusulas em relação ao fluxo de atenção, a partir de Paiva (1991) e Ramos (2015); a sequenciação textual retroativa-propulsora apontada por Tavares (1999); bem como a discursivização do item apresentada conforme os apontamentos de Martelotta, Votre e Cesário (1996), Ko Freitag (2009) e Castilho (2014a e 2014b).

4.1 CONFIGURAÇÕES METODOLÓGICAS E O *CORPUS* DE ANÁLISE

Seguindo a perspectiva geral dos estudos funcionalistas que compreendem a constituição da gramática pelo conjunto de regularidades que emerge do discurso, e do discurso como reflexo da movência estrutural e semântico-pragmática de uma língua, procuramos utilizar, nesta pesquisa, dados reais de uso do português brasileiro.

Deste modo, para realização deste estudo, de teor qualitativo, realizamos um recorte sincrônico a partir do *Corpus* Discurso e Gramática – A língua falada e escrita na cidade do Natal – RN (FURTADO DA CUNHA, 1998), constituído por registros linguísticos da realidade oral e, também, da realidade escrita do português brasileiro. Este material encontra-se disponível para acesso e *download*, pelo meio virtual.

Nosso recorte de análise é composto por 20 depoimentos, de maneira que cada um dos participantes produziu cinco gêneros diferentes de textos, para que, a partir deles, fosse possível comparar os canais de fala e escrita. Estes textos foram agrupados por (i) participante, (ii) escolaridade e (iii) modalidade de texto (oral e escrito).

A utilização deste *corpus* deve-se à composição dos textos apresentados, sendo eles narrativas de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião. São, portanto, textos da ordem do narrar e do expor, ambientados na experiência do falante com o mundo, o que nos leva a supor uma aproximação entre a linguagem do falante e sua realidade cotidiana, no que diz respeito ao

aspecto natural da língua em uso, atentando-nos à questão da fluidez e das mudanças linguísticas.

Salientamos que se trata de uma pesquisa qualitativa, considerando a leitura e interpretação dos dados, com vistas à sua aplicação na gramática da língua, tomando como referência dados quantitativos (número de ocorrências do item) no texto. Neste sentido, foram identificadas, no geral, apenas 23 ocorrências, distribuídas por gênero textual⁸, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Ocorrências da perífrase conjuncional *já que* por gênero textual

Gêneros Textuais	Realidade Oral	Realidade Escrita	Porcentagem
<i>Narrativa de Experiência Pessoal</i>	2	1	14,3%
<i>Narrativa Recontada</i>	5	2	33,3%
<i>Relato de Procedimento</i>	3	0	14,3%
<i>Relato de Opinião</i>	9	1	38,1%
Total	19	4	100%

FONTE: Dados da pesquisa

Embora o número de ocorrências seja relativamente baixo, não confirmando a expectativa criada a partir da observação dos índices altos de recorrência do termo em conversações espontâneas, como também, em interações em redes virtuais e aplicativos de troca de mensagens, entendemos que este volume de dados nos dá possibilidade de generalização do comportamento funcional do item. Assim, os usos analisados neste trabalho podem ser tomados como indícios de um comportamento sistemático por parte do *já que* em contextos como os que são aqui explorados.

O trabalho de mapeamento das configurações e possíveis motivações discursivo-pragmáticas do elemento em análise foi realizado manualmente, a partir de recortes dos contextos mínimos em que se ambientam os usos.

4.2 DELINEAMENTO DO OBJETO DE ESTUDO

O objeto de investigação deste estudo são as ocorrências da perífrase conjuncional *já que* e seu comportamento sob o fenômeno da gramaticalização, marcando as relações

⁸ Adotamos a terminologia gênero textual por entendermos que não se trata de “tipos” de textos, sendo estes ambientados na ordem do narrar e do expor, que fazem referência a diferentes discursos, ainda que, na descrição do *Corpus Discurso e Gramática*, os organizadores tenham adotado o termo subgênero textual para identificá-los.

discursivo-semânticas a partir de sua conotação temporal, perpassando as relações de causa e consequência, de justificativa, até seu papel pragmático-discursivo na sequenciação textual, recuperando informações do contexto extralinguístico.

Para tanto, com vistas a identificar o funcionamento do item, observamos o contexto em que ocorre a partir das relações sintagmáticas (entre as cláusulas) apresentadas pelo conjunto textual, bem como sua relação exofórica, quando recupera informações do contexto extralinguístico suscitado pelo falante no ato de comunicação.

Assim, observamos o alcance discursivo-pragmático que a perífrase em evidência apresenta dentro da constituição da sentença, tomando por base a articulação entre as cláusulas, pois entendemos que é o conjunto textual que fornece ou possibilita o contexto endofórico para utilização de determinados elementos no discurso, de modo a estabelecer a coerência no jogo comunicativo. Segundo Rosário (2015, p. 46):

Primeiramente, nenhuma oração é totalmente independente de seu contexto imediato – em discurso conexo, coerente. Por conseguinte, os fios de coerência do discurso sempre requerem alguns acompanhamentos gramaticais, que poderiam ser interpretados justamente como dependência sintática.

Dessa maneira, no levantamento e na análise dos dados, tentamos identificar e evidenciar as relações intralinguísticas (inter-oracionais, endofóricas), assim como as relações extralinguísticas (discursivas, exofóricas) direcionadas e/ou marcadas pelo texto, recuperando informações do universo subjetivo do falante, quando se fizerem presentes e/ou necessárias.

4.3 A FREQUÊNCIA DOS ITENS E O CONTEXTO

Conforme já explicitado em capítulo anterior, nos estudos da gramaticalização a frequência de uso é um dos principais influenciadores e indicadores de mudanças na língua. Segundo Bybbe (2010), quanto mais frequente a utilização de um item na língua em determinado contexto, mais suscetível ao processo metafórico de abstratização e deslizamento semântico da unidade linguística ele estará, podendo atuar em domínios funcionais diferentes, constituindo e contribuindo para o *continuum* da mudança na língua.

Conforme Furtado da Cunha; Bispo e Silva (2013, p. 16):

a frequência de uso de uma determinada construção leva a seu estabelecimento no repertório do falante e faz dela uma unidade de

processamento, o que implica que o falante explora recursos gramaticais disponíveis para atingir seus objetivos comunicativos. No entanto, o discurso exibe padrões recorrentes que extrapolam o que é predizível pelas regras gramaticais, apenas, e a explicação para a existência desses padrões deve ser procurada no âmbito da cognição e da comunicação.

Assim sendo, ao verificarmos as ocorrências do item linguístico *já que*, buscamos evidenciar o *locus* discursivo (contexto e aspectos pragmáticos) no qual se verificam os eventos, a partir de sua frequência de uso, evidenciando o contexto em que se realizam.

Considerando o aspecto da cognição e da criatividade inerentes ao ser humano, quanto aos recursos de que lançamos mão durante o ato comunicativo para efeitos de correspondência significativa, procuramos apontar e traçar os caminhos apresentados pela inovação de uso da perífrase, ou seja, seus novos usos em novos contextos.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Na presente seção, realizamos a análise dos dados conforme o aparato teórico funcionalista exposto no capítulo 2 de nossa fundamentação. Neste sentido, apresentamos também a historicidade do item em análise quanto ao seu percurso na língua, esboçados a partir dos registros quantitativos do item *já que* em relação ao gênero textual ao qual esteja vinculado, de acordo com a Tabela 1, apresentada anteriormente.

Além disso, atentamo-nos para com a realidade na qual o item é utilizado, seja ela oral ou escrita, a partir dos dados extraídos do *Corpus* Discurso & Gramática, sobre os quais versaremos nossa análise.

Conforme já explicitamos, a distribuição de frequência do item na pesquisa aponta o número total de 23 usos do *já que*. Reforçamos que esse parece um contingente relativamente baixo de ocorrências, se considerarmos a recorrência com que flagramos o uso desse conector em textos das redes virtuais, o que, inclusive, nos motivou, a princípio, e despertou-nos o interesse em pesquisar o item. Entretanto, devido à dificuldade logística em coletar os dados em redes como Twitter e aplicativos como o WhatsApp, optamos por consultar um *corpus* já sistematizado e que dispusesse de dados de ambas as modalidades: fala e escrita.

Mas, a despeito do número reduzido de ocorrências, enfatizamos que os dados são suficientes para imprimirem consistência à análise, uma vez que a quantificação é apenas um ponto de partida. De fato, o que norteia a pesquisa é a preocupação qualitativa.

A respeito da quantificação, podemos afirmar que ela aponta uma predominância de ocorrências no relato de opinião, mais especificamente, em usos da oralidade. Adiante, exploramos esses dados de modo mais detalhado.

4.5 A FORMAÇÃO DA PERÍFRASE CONJUNCIONAL E A CAUSALIDADE

A constante mudança linguística dos itens conectivos, principalmente aqueles de base adverbial, tendem a modificar sua forma, bem como as funções que desempenhavam em sua origem. Nesta perspectiva, apresenta-se a perífrase conjuncional *já que*, comumente utilizada na língua como um conector, interligando porções textuais e/ou informações que apresentam valores semânticos de causalidade. Assim como outros itens conectivos que utilizamos em nosso cotidiano, esta perífrase vem apresentando variação quanto ao que está prescrito na gramática tradicional, passando a desempenhar funções diferentes de sua função-fonte, atuando conforme as motivações contextuais que a envolvem.

Lembramos que o item em estudo tem sua origem na associação da partícula adverbial *já*, a qual remonta à ideia de tempo, com a partícula *que*, ratificando a ideia de que muitos itens linguísticos sob o fenômeno da gramaticalização são provenientes de categorias mais concretas – por isso, mais autônomas –, e passam a funcionar em categorias mais fixas, de comportamento previsível (advérbio > conjunção), como afirma Longhin-Thomazi (2004, p. 217):

Uma dessas estratégias de reposição consiste em tomar palavras de diferentes classes e transformá-las em conjunções. [...] Já a segunda estratégia consiste em combinar a partícula *que* com palavras de diferentes categorias, para a formação de perífrases conjuncionais. Em português, temos as combinações de advérbio + *que* (*já que*, *logo que*, *ainda que*), preposição + *que* (*desde que*, *até que*), particípio + *que* (*dado que*, *posto que*, *visto que*), preposição + nome + *que* (*de modo que*, *a fim de que*), dentre outras.

A fim de ilustrar o uso do *já que*, apresentamos a seguir alguns dados retirados do *corpus*, os quais circunscrevem sua característica predominante e que lhe conferem, segundo algumas gramáticas normativas de Língua Portuguesa, leia-se Cunha e Cintra (2017) e Bechara (2009):

(06) ... ele ... começa a sofrer novamente porque a chuva ... não vem ... não vem mais e os gados começam a:: a emagrecer começam a morrer ...

os:: as cabras que eles também tinham criação de cabra ... começa a morrer também **já que** num tinha alimento ... num tem chuva ... a vegetação também começa a acabar e ele começa a ter mais necessidade de comida ... (L16F/D&G: 30)

Em (06), percebemos o teor causal no plano do conteúdo (*domínio referencial*), em que o argumento aparece logo após a perífrase, de modo a apresentar a causa em relação à consequência, elaborada na sentença anterior, pela relação de *causa-consequência* atribuída à função do item.

Na ocorrência a seguir, já podemos observar alterações de sentido que interferem na função especificamente causal evidenciada no dado anterior:

(07) ... por que se chamava cemitério maldito né ... aí ele foi contar a história né ... era maldito porque antigamente ... é ... tinha ... só existia aquele cemitério ali e a casa desse velho ... aí a ... a/ avenida era muito movimentada lá ... era não ... exatamente era muito movimentada ... ainda era no tempo que ele morava lá ... aí ... passava principalmente muitos caminhões ... pesado né ... aí havia muito acidente ... havia muito acidente ... morria muita gente ... e a dos carro mesmo porque **já que** num morava muita gente lá num ... num atropelava ninguém não ... era ... carro batendo no outro ... virava porque a velocidade era muito grande ... tinha uma curva lá perto da ... da casa lá ... (C26M/D&G: 4)

Observamos, em (07), um encaminhamento discursivo inovador de explicação/justificativa, pelo *domínio dos atos de fala*, em relação à organização das informações entre a porção textual anterior à perífrase e o que é falado a seguir, tendo seu sentido enriquecido, por assim dizer, pela presença de outra partícula conjuntiva de caráter explicativo (*porque*), anteposta a seu uso.

De fato, ainda que seu comportamento apresente-se em conformidade com o que está previsto pela gramática da língua, é possível perceber outras nuances que compõem a configuração linguística da perífrase em estudo, no que diz respeito a sua função conectiva. Em sua pesquisa, Galbiatti (2008) aponta o comportamento sintático-semântico em que, pela combinação das cláusulas, *já que* estabelece uma relação de justificativa/explicação referente ao *cline* de mudança previsto aos itens de origem adverbial, quando em processo de gramaticalização, como no exemplo abaixo:

(42) a. Dividiam seus bens para não terem que ficar acumulando mais do que podiam carregar, **já que** as viagens duravam a vida inteira.

Viviam juntos em liberdade, dando e recebendo, sem nada a cobrar ou culpar nos outros. (HPP)
(A demora das viagens *fez com que* levássemos poucos bens – evento no mundo real)

b. Maria Clara: Olhe papai, em vez de ficar abraçado a esse cachorro! Você tem mais obrigação do que os outros, ***já que*** tem uma vida quase inútil! (ES)
(O *conhecimento* da vida inútil de seu pai originou a conclusão de Maria Clara a respeito de suas obrigações – avaliação subjetiva do falante)

c. Doc.: e::... então o senhor podia me me:: ensiNAR como se faz um pra::to um drin::que ***já que*** o senhor era garçom?... (AC-130)
(Eu pergunto-lhe como se faz um drinque pelo fato de o senhor ter sido garçom – explicação do ato de fala) (GALBIATTI, 2008, p. 169).

A autora aponta que em (42a) tem-se a presença da causalidade característica da perífrase; em (42b), sob o *domínio epistêmico*, entende que há uma razão para que uma ideia seja concluída pelo falante; em (42c), no *domínio conversacional*, a conjunção indica uma explicação de ordem causal do ato de fala enunciado.

Neste sentido, explorando a discursividade do item, procuramos observar suas ocorrências de modo a perceber que outras configurações são possíveis, analisando-as sob a ótica da gramaticalização, aferindo seu estágio de mudança a partir dos princípios formulados por Hopper (1991). Tomamos como referência, também, a hipótese da sequenciação retroativo-propulsora do texto apresentada por Tavares (1999), por entendermos que o item recupera informações da porção textual anterior (movimento anafórico), ao mesmo tempo que impulsiona o fluxo de informação da sequência textual (movimento catafórico).

Assim, este movimento retoma informações apresentadas anteriormente e impulsiona o fluxo textual por vir, promovendo a progressão e o encadeamento das informações, de modo que revela tanto os sentidos evocados da contextualidade como a discursividade do texto. Salientamos que, embora apresente um número de ocorrências reduzido em relação a outros estudos que têm esta mesma configuração, a análise do comportamento do item linguístico a que nos propomos revela significativas considerações acerca do fenômeno de gramaticalização das perífrases conjuncionais de origem causal.

A seguir, apresentamos nossa análise a partir da aplicação dos princípios *hopperianos*.

4.6 PRINCÍPIOS DE HOPPER

Conforme já anotado em capítulo anterior, Hopper (1991) propõe a existência de cinco princípios atuantes no processo de gramaticalização. No entanto, e provavelmente, por aplicarem-se a estágios iniciais do referido processo, seriam raras as ocorrências concomitantes de todos os princípios em um único exemplar de item em gramaticalização. Nossa análise corrobora esse entendimento, ao flagrar a manifestação de três dos princípios, considerando o comportamento do item em análise e os contextos evidenciados no *corpus* investigado. Trata-se dos princípios da estratificação, da persistência e da especialização.

O **princípio da estratificação** estipula a co-ocorrência de formas que exercem, por assim dizer, a mesma função numa mesma categoria, disponíveis ao falante no ato de comunicação. No nosso caso, observamos o estrato da causalidade e da explicação causal, observando a ocorrência de outras conjunções que desempenhem a mesma função que o *já que*. Aqui, para efeito de ilustração, recorreremos a ocorrências do *corpus*.

- (08) ... ele ... começa a sofrer novamente **porque** a chuva ... não vem ... não vem mais e os gados começam a:: a emagrecer começam a morrer ... os:: as cabras que eles também tinham criação de cabra ... começa a morrer também **já que** num tinha alimento ... num tem chuva ... a vegetação também começa a acabar e ele começa a ter mais necessidade de comida ... (G21F/D&G:36)

- (09) ... então a família ... mesmo com raiva desse cara [o sobrinho] ... resolveu hospedar ... **como** ele ... o advogado sabia que ele estava mentindo ... começou a pesquisar para saber quem era aquele cara ... aquele impostor ... e descobriu ... né ... (D31F/D&G:19)

- (10) Terminado esse lanche, retornei. O ônibus já se preparava para o embarque. Dali em diante enfrentaria mais dezesseis horas de estrada, **visto que** a cidade onde iria morar ficava no extremo oeste do Estado. (I30M/D&G: 76)

- (11) ... por isso eu acho que tem que ser uma pessoa humilde ... muito:: né ... pra dar um jeito ... aí a pessoa vai investir em saneamento básico ... que aqui se necessita muito e em educação ... e acho que mais ou menos são essas coisas que mais interessam e aí **por isso que** eu acho que essa falta de consciência do que é a educação ... acho que **por isso que** ... que defasa ... faz a defasagem né ... do ... do ensino universitário ... mas por mim eu ficaria mesmo com o sistema dos Estados Unidos ... (G19M/D&G: 92)

No dado (08), observamos a utilização do *já que* enquanto conectivo de relação *causa-efeito* (a falta de alimento provoca a morte dos animais), encaminhando-se para o viés da justificativa, bem como o uso de *porque*, prototípico desta categoria (explicação), estabelecendo o mesmo tipo de relação (a falta de chuva provoca o sofrimento, emagrecimento dos animais).

É interessante notarmos que a perífrase ainda direciona o argumento apresentado pela sequência enunciativa “*a vegetação também começa a acabar e ele começa a ter mais necessidade de comida*”, reiterando a informação anterior pela presença do advérbio *também* neste período, contribuindo para o encadeamento da porção textual.

Em (09), ao utilizarmos a estratégia da substituição, a conjunção *como*, presente neste período, é equivalente ao comportamento sintático do *já que*, de modo que apresenta o motivo-causa (a desconfiança do advogado em relação ao sobrinho da família) que leva à investigação deste sujeito, ratificando a função gramatical do item prevista nos manuais normativos de Língua Portuguesa, no conjunto das conjunções adverbiais causais.

Evidentemente, a substituição de um item por outro considerado equivalente é apenas um recurso para auxiliar na interpretação e alimentar possibilidades analíticas plausíveis. Sabemos, entretanto, que as escolhas do usuário são soberanas e nem sempre o que ele quer dizer, ao lançar mão de um item e não de outro, vai encontrar correspondência exata entre os membros que com ele compartilham identidade funcional. Assim, tanto o item pode ampliar a significação, através de um uso inovador, como pode acionar componentes argumentativos transportados de outros contextos de uso e modificar sutil ou explicitamente o que é dito em determinado evento enunciativo. Como também, ele pode, ao inserir-se em contextos inovadores, influenciar e alterar nuances dos itens já cristalizados nas funções contextualmente ativadas.

O mesmo comportamento observado em (09) é apresentado em (10) e em (11), com o uso das perífrases *visto que* e *por isso que*, respectivamente, de modo que, na primeira, a perífrase introduz a causa de tão demorada viagem, uma vez que a cidade localizava-se no extremo oeste do Estado. E, na segunda, a perífrase aponta o argumento (a falta de consciência do que é educação) que provoca a defasagem do ensino universitário, o que faz com que o falante adote/aceite um modelo estrangeiro para a resolução do problema por ele exposto. Além disso, este último dado apresenta o conectivo em meio a um discurso modalizador, a partir da utilização do “*(eu) acho*”, presente neste excerto, evidenciando o aspecto subjetivo na utilização do item.

Dessa maneira, a co-ocorrência de formas distintas de uma mesma categoria não elimina os sentidos evocados individualmente pelas conjunções utilizadas dentro de um mesmo contexto, mas sim, revela as escolhas e/ou o conhecimento linguístico do falante. Trata-se, portanto, da *categorização*, também, apontada por Bybee (2010) quando há o agrupamento por semelhança, de traços comuns entre as formas quanto às funções desempenhadas.

Portanto, o fato de compartilharem a mesma função, representantes que são de uma mesma classe, implica que, nas situações de uso da língua, o falante seleciona uma dentre diversas formas e dela faz uso pois é este exemplar que lhe parece dar conta de suas intenções comunicativas. Isso caracteriza o princípio da estratificação, que poderia ser descrito como a existência de várias formas para o cumprimento de uma só função.

O ***princípio da persistência*** diz respeito à conservação de traços característicos da forma-fonte do item, promovendo a manutenção de seu aspecto semântico e de suas restrições sintáticas, ainda que atue em novas funções e em novos contextos. No caso do item em evidência, mantem-se a perspectiva da causalidade apresentando nuances distintas de sua forma-fonte.

(12) ... o ... o Brasil ... a seleção brasileira de futebol se ... houvesse maior ... um maior entrosamento ... se é esse time ... se hou/ se fosse escalado ... fosse convocado jogadores como por exemplo do São Paulo ... tinha alguém jogando já há muito tempo ... e fosse ***já que*** tem seis jogadores do São Paulo vamo dizer ... convocado ... se colocasse esses seis pra jogar e comple/ e completasse esse time com outros jogadores de outros times ... eu acho que haveria entrosamento ... eu acho que não haveria uma ... um entrosamento melhor entre a seleção ... e ... eu acho que iria melhorar né? ia melhorar muito né? ***já que*** ... o entrosamento hoje em dia é ... é muito importante né? ***já que*** num é os treinamento também ... pra entrosar esse time ... (C26M/D&G:13)

(13) ... tem congresso que não ... você não conhece bem as outras pessoas né ... você tem a oportunidade de conhecer algumas ... mas não todas ... não é ... não dá ... e quando você já vai ... você já fala ... já conhece ... você já vai conhecendo né ... elas ... então quando você chega lá tem só aquela oportunidade de tá junto ... de aprender ... de conversar mais um pouco ... ***já que*** você conhece né ... então foi interessante nisso aí ... eu acho também na organização do congresso ... (S19F/D&G:129)

No dado (12), ao expressar o seu ponto de vista quanto à escalação de um time, o falante apresenta ao entrevistador sua argumentação buscando neste último a compreensão de

sua proposição (presença da partícula discursiva *né?*). Ainda que utilize o conectivo *já que* com o teor de justificativa, o que já vem sendo apontado em alguns estudos, como em Galbiatti (2008), a perífrase conjuncional preserva traços semânticos de sua função-fonte causal, tendo em vista que a possível escalação do time, conforme a proposição do falante, melhoraria o entrosamento da equipe pela relação de causa-efeito. Outro fator que chama a atenção neste mesmo trecho é o encadeamento da sequência narrativa pela repetição da forma *já que* num intervalo próximo de porções textuais, conferindo ao item aspecto intensificador, de efeito pragmático dentro do jogo enunciativo.

Em (13), o caráter discursivo da perífrase permite inferir que, embora estabeleça uma nuance semântica de justificativa entre as proposições apresentadas pelo texto, o *já que* remonta sua função causal no sentido de expressar a ideia de que, porque já se conheciam, poderiam conversar mais, trocar experiências (relação de *causa-efeito*).

Em ambos os dados, a ativação de uma função mais recente, no caso, a justificativa, não elimina a memória funcional do item que parece conservar a capacidade de estabelecer ou suscitar uma relação de causa e efeito entre as informações sequenciadas. Essa característica ilustra o princípio da persistência, conforme proposta de Hopper (1991).

O **princípio da especialização** faz referência ao aumento da frequência de uso de um item ou expressão da língua em um determinado contexto, especializando-o numa dada função. Neste sentido, vejamos alguns dados em que a perífrase conjuncional em estudo parece estar especializando-se no plano discursivo da justificativa.

(14) bem ... bem antes ... né ... o pessoal já fazia vestibular ... pra ... pra exercer um cargo né ... que ... **já que** a pessoa quer ser alguém na vida como diz o ditado ... se a pessoa quer ser alguém na vida ... a gente deve estudar bastante ... (G17F/D&G:156)

(15) Depois a noite fomos para o Bar MARIA BONITA dança forró lá só passa forró. Eu não gosto muito de forró gosto de músicas variáveis. Mas o guengo do guia não me chamava prá dança, chamava todo mundo menos eu. ai **já que** ele não me chama prá dança eu vou chama ele. chamei e dançei. Eu queria ficar com ele mas ele não queria nada comigo. (L16F/D&G:170)

Nos dois dados, o *já que* apresenta teor semântico-pragmático de justificativa, elaborando o argumento a partir de seu uso neste contexto, de modo que em (14) o informante utiliza o item para introduzir sua opinião por meio de uma generalização de um saber de mundo compartilhado para, então, encontrar no seu interlocutor a assimilação do que lhe

propõe. Em (15), a informante utiliza-se do não-convite do guia para tomar uma iniciativa, valendo-se, portanto, deste argumento para tomar uma decisão, expresso na construção frasal pelo uso da perífrase. Nesses dois casos, o item elabora proposições relacionadas aos *domínios epistêmico e dos atos de fala*, correspondente à avaliação do falante na enunciação e na relação falante-ouvinte, buscando em seu interlocutor a aprovação acerca do que lhe apresenta.

Evidentemente, não podemos ignorar o fato de que a justificativa consiste em um argumento que visa ao convencimento, portanto, já é um recurso discursivo por si mesma. O que nos chama a atenção, aqui, é o fato de o *já que* se prestar com tanta competência ao estabelecimento dessa relação, a ponto de predominar nos contextos em que a justificativa é que parece ser o ponto alto da argumentação.

Nesta perspectiva, elaboramos uma tabela de ocorrências dos conectores que disputam as escolhas dos falantes quanto ao valor semântico-pragmático de *causalidade>justificativa/explicação*, encontrados no *Corpus D&G*.

Tabela 2: Ocorrências dos conectores indicativos de causalidade ou justificativa/explicação

Conjunções/Perífrases conjuncionais	Quantidade	Porcentagem
<i>Por isso que</i>	35	57,38%
<i>Já que</i>	23	37,70%
<i>Visto que</i>	3	4,92%
Total	61	100%

FONTE: Dados da pesquisa

Conforme observamos na tabela acima, a partir do comportamento das perífrases conjuncionais indicadoras de causalidade, como nos excertos apresentados no *princípio da estratificação* (p. 54-55), os itens linguísticos *já que* e *por isso que*, no que diz respeito ao plano semântico-pragmático da justificativa/explicação, são significativamente próximas em relação ao número de ocorrências quanto à escolha dos falantes. Percebemos também que, na maior parte das ocorrências da perífrase *por isso que*, o falante acrescenta a sua proposição o conector *porque* de teor explicativo, para acentuar a carga semântica de justificativa do item anterior.

Em um comparativo em relação ao uso do *já que*, de caráter justificativo, verificamos que não há necessidade de acréscimo de qualquer outro item subsequente para propiciar ou acentuar sua carga semântica. Desse modo, percebemos que, quanto à estrutura sintática, este item por si só apresenta o teor de justificativa, dispensando a utilização de outro item de teor

explicativo para reforçar sua carga semântica neste contexto narrativo-expositivo, capaz de organizar a distribuição das informações na estrutura sintática.

Este comportamento é motivado pelo jogo de interação entre falante(s) e ouvinte(s), no qual um busca no(s) outro(s) o entendimento e/ou concordância em relação às suas proposições. Isto é, o falante formula enunciados a partir de conhecimentos prévios de seus interlocutores sobre um determinado tema/assunto, organizando as informações que almeja transmitir, para atingir seus objetivos na comunicação. Neste sentido, os dados apresentados, sejam eles orais ou escritos, apontam a significativa ascensão do uso do conector *já que* em contexto de narração ou de textos da ordem do expor, na qual, ao realizar determinada afirmação, o falante constrói seu discurso de justificativa a partir do uso desta perífrase, especializando-a neste *locus* comunicativo.

Como pudemos notar, as particularidades semântico-discursivas do conector *já que*, conforme a aferição de seu estágio de gramaticalização a partir dos princípios de Hopper (1991), corroboram a perspectiva do processo de mudança dos itens de base adverbial que envolvem, também, o processo de subjetivização, dado pelo *domínio referencial* > *domínio epistêmico* > *domínio dos atos de fala* (BRAGA; PAIVA, 2013).

Na sequência, apresentamos a análise da gramaticalização da perífrase conjuncional em estudo pela ordenação das cláusulas expressas pela relação da causalidade, segundo o fluxo de atenção, e pelo plano da sequenciação textual retroativo-propulsora.

4.7 A ORDENAÇÃO DAS CLÁUSULAS E O FLUXO DE ATENÇÃO

Nesta seção da análise, apresentamos as ocorrências da perífrase conjuncional *já que* sob o viés da ordenação das cláusulas, tomando como base o estatuto informacional das sentenças, bem como o fluxo de atenção, a partir de Paiva (1991) e Ramos (2015). Para tanto, quanto à categorização da informatividade das orações, adotamos as seguintes nomenclaturas: (i) *informação velha*, para informação já mencionada; (ii) *informação acessível/inferível*, para informação disponível no texto ou no contexto; e (iii) *informação nova*, para informação ainda não mencionada.

Seguindo os preceitos teóricos da *perspectiva funcional da sentença*, apresentamos na tabela abaixo as ocorrências de acordo com a distribuição e organização das informações, a partir das relações pragmático-discursivas elaboradas pelo item linguístico em evidência nas cláusulas em que se realiza.

Tabela 3: Ocorrências do conector *já que* conforme a ordem e o estatuto informacional

Ordem/Estatuto informacional	Velha	Acessível	Nova
<i>Anteposição</i>	4	4	1
<i>Intercalada</i>	-	1	3
<i>Posposição</i>	5	3	2
Total	9	8	6

FONTE: Dados da pesquisa

Os dados analisados apontam para um relativo equilíbrio entre os tipos de informação introduzidos pela perífrase conjuncional na sentença em relação à oração nuclear, como podemos perceber na tabela 3. Observamos, também, que a carga semântica deste conector elabora a ideia de pressuposição, de maneira que ao fazer uso do item, o falante procura ativar informações de conhecimento prévio do ouvinte, tanto para ambientá-lo quanto ao tema como para servir de base argumentativa e encaminhamento do jogo discursivo.

Dessa maneira, o uso do *já que* tende a recuperar informações já mencionadas no texto/discurso (*informação velha*) ou da realidade extralinguística comum aos envolvidos no *locus* de comunicação (*informação inferível/acessível*) para a progressão e direcionamento do discurso.

Neste sentido, apresentamos a seguir excertos que ilustram as perspectivas do estatuto da informação de ocorrências deste conector, observando sua posição em relação à cláusula e seu estatuto de *informação velha* quanto à ordem e ao fluxo de atenção.

- (16) ... ele ... começa a sofrer novamente porque a chuva ... não vem ... não vem mais e os gados começam a:: a emagrecer começam a morrer ... os:: as cabras que eles também tinham criação de cabra ... começa a morrer também **já que** num tinha alimento ... num tem chuva ... a vegetação também começa a acabar e ele começa a ter mais necessidade de comida ... (L16F/D&G: 30)
- (17) ... bom ... então o noivo dela continuou ... continuava né ... na procura dela ... só que era uma dificuldade pra ele achar **já que** ela tava num convento e ele não imaginava nunca que ela fosse parar num convento ... (S19F/D&G:131)

Em (16), em que a informação velha se encontra anteposta à oração nuclear, percebemos que a perífrase introduz a sentença de modo a remontar uma informação referida anteriormente na sequência narrativa, reforçando o aspecto da causalidade. Neste caso, o falante recupera informações para justificar os eventos do mundo perceptual, de maneira que

elabora um encaminhamento discursivo progressivo pelo encadeamento das sentenças e fluxo de atenção (*a vegetação também começa a acabar*).

Em (17), por posposição, a informação velha recupera informações já mencionadas no discurso e, a partir dela, projeta o desenvolvimento da narrativa. Deste modo, o fluxo das informações se dá por meio da ordenação tema-rema, numa escala de menor para maior grau de informatividade, conforme prevê a linearidade do fluxo de atenção das cláusulas inter-relacionadas.

Não houve, porém, nenhuma ocorrência nos dados investigados que vinculasse informação velha à ordenação intercalada entre cláusulas. No que diz respeito à informação classificada como *acessível*, destacamos as seguintes ocorrências:

- (18) ... você diz uma coisa pra mim ... você acha que eu vou duvidar? eu vou acreditar mais em você do que numa pessoa que eu conheço há pouco tempo ... eu sei que ele acreditou ... quando chegou lá ... no ... no hotel ... começou a perguntar coisas pra ela ... ela disse que não era ... que era mentira que tinha rejeitado ... mas ele não acreditou ... aí ela se sentiu assim ... é:: humilhada ... porque ... acreditar mais no amigo do que nela que tava vivendo com ele ... né? aí então ela começou a arrumar as coisas dela ... só as roupas que ela tinha ... trago sabe? só aquelas mesmo ... michuruca mesmo ... num levou nada de luxo ... só levou as ... as roupas que ela vinha mesmo ... pegou ... botou tudo na mala ... bem direitinho ... e foi pra casa ... pra velha casa ... e tava satisfeita **já que** num tinha dado certo ... tinha que né? levantar a cabeça e seguir em frente ... (R19F/D&G:113)
- (19) tem vez que o rapaz num quer nada ... tem vez que o rapaz nem pensa ... aí ela já vai ... dá o sinal ... aí por isso que ... aí também ... faz do mesmo jeito ... **já que** a moça quer ... ele vai fazer né? (L16F/D&G:169)
- (20) Devido a essa fase de recessão existente. Em torno disto, temos uma classe que tem um pouco de conhecimento e que poderia usá-lo para ajudar a si próprio, ao seus filhos e ao seu próximo. Mas no entanto, todos se calam ao ver a crise, se acomodam em frente a uma televisão sonhando um mundo melhor de fantasias e esquece do seu mísero salário mínimo. Por que se todos se concientizassem como tem sido difícil a sua sobrevivência (**já que** se acostumou) e que ele pode mudar, com o seu voto e com sua voz, daria o brado do direito de ser um cidadão digno. (G21F/D&G:37)

Em (18), na sequenciação dos fatos narrados, o falante expõe acontecimentos que sugerem um provável desfecho, que no encaminhamento discursivo é apresentado pela posposição da cláusula introduzida por *já que*, cuja informação, portanto, é inferível a partir

do contexto enunciativo. Neste excerto, o contexto semântico da sentença em que a perífrase se encontra permite a evolução textual, dando vazão para o acréscimo de informações, que buscam no plano interpessoal sua validação.

Em (19), por anteposição, o falante reitera informações sugeridas pelo contexto enunciativo (*a moça quer*, ainda que tenha algum homem que não queira), projetando o efeito para a realização da ação (e, por isso, *ele vai fazer*). A sequência de informações dos constituintes revela um movimento enunciativo que promove a relação do fluxo de atenção pela ordenação entre tema-rema, respectivamente, encadeando uma possível sequência lógica dos fatos.

No excerto (20), assumimos a perspectiva de que a sentença introduzida pelo conector indicativo de causalidade encontra-se intercalada, enquanto oração apositiva, de modo que sua posição na ordenação das informações assume a ideia de que o falante se põe em cena. Esta interpretação torna-se possível pelo fato de que a cláusula iniciada por *já que* revela a opinião do falante em relação à situação crítica do país, pela inferência da carga semântica do verbo *acostumar*, que abarca o silêncio e acomodação dos indivíduos, apresentados em parte anterior do texto. Sendo assim, a posição assumida pela sentença permite recuperar informações do cotexto, ao mesmo tempo que favorece o desenvolvimento discursivo da enunciação.

Os próximos excertos selecionados fazem referência ao estatuto informacional *novo*. Vejamos.

- (21) E a reação da criança era gemer, enquanto o pai se movia para pegar a batinha e bater contra aquele ser indefeso que se via sem objetivos. Pobre menino! não abria sua boca nem se quer para dizer que seu corpo doía, apenas esperava as reações do pai.
A sua mãe ao perceber ordenou que seu esposo tomasse a criança nos braços, **já que** agora estavam mais próximo de chegar, onde? ninguém sabia. (G21F/D&G:36)
- (22) Chegando na gruta Batman encontra o Pinguim e o presidente de Gotham City. Ele liberta logo o presidente. Pinguim tenta fugir, **já que** não consegue vai em direção a um botão que explodiria tudo, Batman impede, mas não consegue e tudo explode. (E15M/D&G:149)
- (23) assim ... porque tem mo::ça ... que é:: muito avançada ... passa também do sinal ... tem vez que num é nem o rapaz ... tem vez que o rapaz num quer nada ... tem vez que o rapaz nem pensa ... aí ela já vai ... dá o sinal ... aí por isso que ... aí também ... faz do mesmo jeito ... já que a moça quer ... ele vai fazer né? **já que** num é a mulher ... é o homem ... aí por isso que acontece essas coisa ... os casais de hoje

num:: num tá se valorizando não ... tá se desvalorizando ...
principalmente as moça ... vamo dizer ... (D&G:169)

No excerto (21), por meio da narração dos fatos, o falante apresenta uma nova informação (proximidade de chegada a um ponto do caminho) por meio da posposição da *informação nova* introduzida pelo *já que*. A sequência textual leva em consideração o fluxo de atenção pela orientação tema-rema, de modo a estipular uma possível criação de suspense ao seu ouvinte, visando à progressão narrativa, corroborada pelo desfecho apresentado ao fim do enunciado (*ninguém sabia*).

Em (22), a cláusula inicializada pela perífrase encontra-se intercalada entre as outras duas, de modo que introduz a nova informação enquanto desfecho da situação apresentada pela sentença que lhe antecede (Pinguim tenta fugir e não consegue [fugir]) e, ponto de partida para a informação (por isso, tenta explodir a gruta). Neste exemplo, percebemos que a oração intercalada cumpre o papel de *transição* na distribuição e organização das informações, de maneira que na oração anterior a ela notamos o tema (Origem), que segue em direção ao rema (Meta), promovendo o intercâmbio e organização das informações no texto.

Já em (23), o conector oportuniza a inversão da posição da ordenação das sentenças, de modo que por meio da anteposição gerada pela quebra de expectativa da lógica narrativa em que se insere a cláusula (pois, se não é a mulher que age, é o homem que o faz), as informações são encadeadas do rema para o tema. É interessante notar que as noções de alternância e condição perpassam a formulação semântica deste enunciado, de maneira que se não for a tomada de atitude da mulher, então será a do homem.

Ressaltamos que a classificação das cláusulas pela ordenação do fluxo de atenção na relação interclausal – *anteposta*, *intercalada* e *posposta* – também se dá por uma linha muito tênue, de maneira que procuramos evidenciar os aspectos contextuais que nos parece mais salientes e que nos permitem apontá-las na presente perspectiva.

Assim, propusemos nesta seção a análise da ordenação das informações nas cláusulas pela *perspectiva funcional da sentença* (PFS), tendo por objetivo fomentar os estudos funcionais da sentença, bem como oferecer suporte teórico para a próxima seção que trata da sequenciação textual retroativo-propulsora.

4.7.1 A sequenciação textual retroativo-propulsora

No *continuum* de gramaticalização de itens conectivos, a sequenciação textual retroativo-propulsora revela-se como uma das possibilidades discursivas da qual o falante

lança mão no ato de interação para fazer-se compreendido por seu interlocutor. Este movimento retoma informações apresentadas antes da aparição do item conectivo (anáfora), ao mesmo tempo que projeta a progressão textual pela sequência enunciativa por vir (catáfora).

A partir de seus estudos sobre os itens *então*, *daí*, *aí* e *e*, Tavares (1999) descreve a função retroativo-propulsora dos conectores de base adverbial, entendendo-a como etapa do processo de gramaticalização pelo qual os itens têm passado a desempenhar valores mais gramaticais. Para isso, a autora estipula cinco funções principais, sejam elas: (i) *sequenciação textual*; (ii) *sequenciação temporal*; (iii) *consequência*; (iv) *retomada*; e, (v) *finalizador*. Neste sentido, apresentamos, a seguir, a confluência dos nossos dados junto a essa perspectiva.

No plano da ***sequenciação textual***, o conector desempenha a função de encadear as informações de modo a recuperar o contexto enunciativo e auxiliar na progressão do que está por vir. É o que parecer ocorrer no dado a seguir:

- (24) E o seu pai era um homem severo, e de poucas palavras, mandou imediatamente o garoto levantar. Pensando ele que seu filho estava com manha. E a reação da criança era gemer, enquanto o pai se movia para pegar a batinha e bater contra aquele ser indefeso que se via sem objetivos. Pobre menino! não abria sua boca nem se quer para dizer que seu corpo doia, apenas esperava as reações do pai.
A sua mãe ao perceber ordenou que seu esposo tomasse a criança nos braços, ***já que*** agora estavam mais próximo de chegar, onde? ninguém sabia. A situação piorava a cada dia, o cinto ia apertando.
(G21F/D&G:36)

Nesta ocorrência, a configuração do conectivo *já que* retoma em seu movimento anafórico a situação apresentada pela sequência narrativa, ao mesmo que direciona o plano textual de ações a serem apresentadas no desenrolar do texto (catáfora). Nesta narrativa recontada (escrita), o narrador chama a atenção de seu interlocutor quando se utiliza da discursividade apresentada pelo item *onde* ao final da cláusula interrogativa, na tentativa de criar uma atmosfera de suspense ou surpresa do texto por vir. Assim, sua expectativa é temporariamente interrompida pela resposta subsequente dada ao questionamento.

Vejamos mais um dado do *corpus*:

- (25) ele pelo menos ... chamou a turma todinha lá do colégio pra ir assistir ... mas até que ... eu nem fui nesse dia ... porque ... adoeci ... num tive condições de ir ... aí ... pra ele né ... ***já que*** ... pelo menos o que ele

conversava comigo ... pra ele foi ... acho que uma das melhores coisas que aconteceu na vida dele né ...

Em (25), o falante utiliza-se do conectivo para retomar sua proposição anterior e formular a sequência narrativa do texto, reiterando as informações apresentadas, de modo que o item mostra-se isolado, isto é, sem a presença de qualquer outro item linguístico, caracterizando uma pausa no discurso para, em seguida, manter a progressão do fluxo textual. Esta pausa, segundo Tavares (1999, p. 28), é conferida pelos itens preenchedores de pausa, “empregados com o intuito de se evitar o silêncio enquanto um novo trecho de fala é estruturado, isto é, atuam no processamento da fala e na manutenção de turnos”.

Quanto à **sequenciação temporal**, percebemos a organização das informações de acordo com a ordenação dos eventos no mundo referencial, seguindo o aspecto cronológico pelo encadeamento dos acontecimentos. Vejamos o dado seguinte.

(26) Chegando na gruta Batman encontra o Pinguim e o presidente de Gotham City. Ele liberta logo o presidente. Pinguim tenta fugir, **já que** não consegue vai em direção a um botão que exploderia tudo, Batman impede, mas não consegue e tudo explode. Batman se livrou, pois entrou dentro de uma cápsula gigante. (E15M/D&G:149)

Neste trecho de uma narrativa recontada (escrita), informações são apresentadas de modo a representar eventos em sequência, os quais seguem uma ordem cronológica, em que um acontecimento antecede o outro no mundo referencial. O falante narra a história e utiliza-se do movimento retroativo-propulsor do elemento conectivo para estabelecer a relação entre o que havia sido dado (tema) e que será introduzido à narrativa (rema).⁹

Em (27), a seguir, o item é posto entre dois elementos semânticos que remetem à temporalidade no plano enunciativo, conferindo-lhe tal perspectivação, encadeando as informações apresentadas por meio da modalização da fala do informante:

(27) bem ... é:: é o seguinte ... como hoje em dia ... **já que** antes ... bem ... bem antes ... né ... o pessoal já fazia vestibular ... pra ... pra exercer um cargo né ... que ... já que a pessoa quer ser alguém na vida como diz o

⁹ De modo geral, o tema diz respeito ao tópico de discussão que organiza o foco da atenção textual, comumente apresentado em primeiro plano. Este, por sua vez, relaciona-se com o rema, tido como os elementos textuais apresentados em volta do tema, as informações restantes no conjunto textual. A relação entre Tema-Rema corresponde aos fatores cognitivos e motivações do contexto que acarretam uma fundamentação lógica da estrutura pela qual se apresenta o fluxo de informações pretendidas pelo(s) falante(s) em situação de comunicação. (NEVES, 1997)

ditado ... se a pessoa quer ser alguém na vida ... a gente deve estudar bastante ... (G17F/D&G: 156)

No ponto em que se localiza, a perífrase também organiza a formulação do pensamento através da pausa e impulsão da sequência textual pela referência ao tempo.

Como observamos nestas ocorrências, a característica tempo faz-se presente na carga semântica do item no plano da sequenciação temporal. Aqui, não observadas a partir da origem epistêmica da constituição do conector (advérbio temporal + partícula *que*), mas sim de acordo com os elementos circundantes a este ou pela sequência cronológica apresentada no plano enunciativo da sequenciação das informações no texto.

Na **sequenciação de consequência**, a informação apresentada é tida como consequência (efeito) de uma causa mencionada anteriormente. Observemos.

(28) E ele [o sertanejo] não vai para a cidade porque não tem estudo suficiente para trabalhar e mesmo se tivesse não conseguiria emprego. Devido a essa fase de recessão existente [crise]. Em torno disto, temos uma classe que tem um pouco de conhecimento e que poderia usá-lo para ajudar a si próprio, ao seus filhos e ao seu próximo. Mas no entanto, todos se calam ao ver a crise, se acomodam em frente a uma televisão sonhando um mundo melhor de fantasias e esquece do seu mísero salário mínimo. Por que se todos se concientizassem como tem sido difícil a sua sobrevivência (**já que** se acostumou) e que ele pode mudar, com o seu voto e com sua voz, daria o brado do direito de ser um cidadão digno. (G21F/D&G:37)

(29)[...] e ela continuou ajudando lá no coral né [...] tinham que fazer assim ... um trabalho na rua de ajudar a comunidade ... pra a comunidade conhecer a igreja ... e aí eles começaram a trabalhar num ... assim ... ajudando o pessoal ali que não tinham condições né ... é ... ajudavam ... davam ajudas financeiras e as freiras né ... elas saíam na rua e as casas que estavam assim ... esculhambadas ... elas íam ... ajeitavam ... consertavam ... pintavam ... e ... limpavam carros né ... tudo ... convidavam ... e ... a gente vê que ... que dava certo porque à medida que isso ia acontecendo ... ia aparecendo mais gente na igreja né ... **já que** as freiras estavam saindo ... um dia ... é ... o cara descobriu né ... que ela [a noiva] estava no convento ... procurou ... porque ela deu um telefonema ... pra delegacia ... não é ... e eles tavam ... caiu ... é linha cruzada que chama ? (S19F/D&G:131)

Na sequência enunciativa (28), a perífrase conjuncional elabora a conformação de aceitação de um panorama crítico e das consequências advindas desta situação. Tal interpretação torna-se possível pela carga semântica do verbo “acostumar”, que, neste caso,

apresenta uma flexibilidade sobre o experienciador da situação de conformidade, consequência da situação elaborada no discurso. A presença dos verbos ‘calar-se’, ‘acomodar-se’ e ‘acostumar-se’, apresentados ao longo do desenvolvimento do texto em relação à causa (crise), que seria a falta de conhecimento de como se ajudar para que seja possível sair deste panorama desfavorável, auxiliam nesta percepção.

Neste excerto de um relato de opinião (escrito), o *já que* retoma uma porção textual mais abrangente, reiterando informações mostradas ao longo do texto, o que viabiliza a compreensão de que, na opinião do falante, há um efeito de acomodação e conformidade por parte da população para com a situação descrita por ele e do qual se utiliza para expor sua opinião.

Em (29), uma narrativa recontada (oral), ao encadear as informações da narrativa, o informante realiza a retomada do tópico enunciativo (o trabalho das freiras na comunidade, fora do convento) ao mesmo tempo que, por meio da informação de causa, direciona a consequência deste fato (o rapaz encontra a noiva que estava no convento). A sentença introduzida pelo item *já que* encontra-se anteposta à consequência, mas como aposto no conjunto textual, de modo que promove a relação discursivo-pragmática conferida ao item.

Dessa maneira, nos dados extraídos e aqui apresentados, explicitamos as características da perífrase quanto ao plano da sequenciação textual retroativo-propulsora de maneira que, conforme a contextualidade, o item linguístico *já que* elabora a função de sequenciação textual. Este movimento realiza-se pela retomada de informações (anáfora) e direciona para a progressão textual, apontando o encaminhamento enunciativo (catáfora), de acordo com o exposto.

Interessa-nos destacar que, embora tenha o número de ocorrências mais elevado na realidade oral, de modo geral, no plano enunciativo da sequenciação textual, o item *já que* apresenta maior regularidade em dados da realidade escrita, sejam eles textos narrativos ou da ordem do expor, relacionados à ordenação linear dos acontecimentos ou dos argumentos e opiniões.

Ainda que tenhamos elaborado nossa análise a partir dos cinco tipos de sequenciação textual propostos por Tavares (1999), constatamos que a perífrase conjuncional *já que*, nos dados analisados, não apresenta os comportamentos de apenas *retomada* ou *finalização*, tendo em vista que, ao recuperar informações intra ou extralinguísticas, o item projeta as informações do seu por vir.

A seguir propomos um olhar analítico quanto ao funcionamento discursivo da perífrase conjuncional *já que* pelo viés da discursivização, numa possibilidade interpretativa dos dados.

4.8 A NATUREZA DISCURSIVA DO ITEM LINGUÍSTICO

A discursividade dos itens em processo de gramaticalização apresenta-se como uma das possibilidades de mudança nas línguas, visto que, no *continuum* unidirecional, apresenta-se pelo esquema *referencial > textual > interpessoal* (MARTELOTTA, 2011). Deste modo o plano discursivo tende a manifestar-se pela expressividade evocada pelo item enquanto operador argumentativo ou marcador discursivo, a título de exemplo.

Neste sentido, alguns autores chegaram a denominar a discursivização como pós-gramaticalização, o que a afastaria, terminologicamente, do *cline* de mudança de itens e expressões da língua (MARTELOTTA *et al.*, 1996), pois, seria entendida como um processo que se realiza após o fenômeno de gramaticalização. Acreditamos na discursivização como um processo distinto, mas também, possível aos itens em processo de gramaticalização.

Koch (1987), em sua obra *Argumentação e linguagem*, aponta para a recursividade discursiva da perífrase conjuncional *já que*, por compreender, pela relação entre cláusulas, que o item funciona como operador argumentativo, conforme o contexto de uso. Sua natureza discursiva recai sobre a sua carga semântica de pressuposição e/ou inferência sugerida, de modo que o seu uso na sentença retoma informações já mencionadas – ou de conhecimento de mundo compartilhado entre os envolvidos no *locus* discursivo –, ao mesmo tempo que promove a progressão do discurso. Este desenvolvimento é fomentado a partir do(s) argumento(s) utilizado(s) pelo falante em situação de interação, seja para dar ênfase argumentativa (relevo textual), preencher pausa e/ou para elaborar suas ideias.

Retomaremos alguns excertos que, a nosso ver, apontam para o aspecto discursivo, da perífrase conjuncional em estudo.

- (30) E o seu pai era um homem severo, e de poucas palavras, mandou imediatamente o garoto levantar. Pensando ele que seu filho estava com manha. E a reação da criança era gemer, enquanto o pai se movia para pegar a batinha e bater contra aquele ser indefeso que se via sem objetivos. Pobre menino! não abria sua boca nem se quer para dizer que seu corpo doia, apenas esperava as reações do pai.
A sua mãe ao perceber ordenou que seu esposo tomasse a criança nos braços, ***já que*** agora estavam mais próximo de chegar, onde? ninguém

sabia. A situação piorava a cada dia, o cinto ia apertando.
(G21F/D&G:36)

- (31) ... bem antes ... né ... o pessoal já fazia vestibular ... pra ... pra exercer um cargo né ... que ... **já que** a pessoa quer ser alguém na vida como diz o ditado ... se a pessoa quer ser alguém na vida ... a gente deve estudar bastante ... e pra ... e **já que** inventaram esse meio ... esse meio que a gente diz assim ... o seguinte ... pra gente mostrar os outros como a gente ... o estudo da gente hoje em dia vale alguma coisa né ... pelo menos isso ... aí o meio que pelo menos inventaram ... que hoje pelo menos ainda tá ... ainda dá certo ... hoje em dia é o vestibular ... pelo menos ... na minha opinião ... eu acho bem ... interessante ...
(G17F/D&G:156)

Em (30), a presença da perífrase *já que* no plano discursivo elabora a condição de criação de argumentos a serem apresentados na ordenação linear do texto, o que gerou expectativa e suspense. Neste exemplo, a perífrase orienta o sentido a ser construído a partir de sua posição na cláusula: ao encabeçar o sintagma oracional, a perífrase desvia-se de sua restrição sintática de fronteira enquanto conectivo entre orações, comportamento previsto pela gramática normativa; além de romper com a expectativa discursiva por meio da resposta apresentada pelo falante ao seu interlocutor. Assim, observamos a possibilidade de interpretação à perífrase na função de operador argumentativo, no plano interpessoal.

Já em (31), a discursividade revela-se pela repetição do item *e*, como no exemplo anterior, encabeça porções textuais que têm tendência a apresentar teor argumentativo conforme o encaminhamento textual, podendo, neste exemplo, também o falante buscar o entendimento para, então, construir sua proposição a fim de convencer seu interlocutor.

Notamos, ainda, que, nesta passagem, os itens parecem preencher pausas enunciativas: tanto pela repetição do conectivo, quanto pela repetição das informações que são apresentadas logo após a perífrase. Seu emprego diz respeito à elaboração e planejamento do discurso, construído a partir da relação interpessoal entre os falantes.

Esta interpretação torna-se possível pela presença de outro elemento linguístico: a partícula *né*, marcador discursivo que atua no nível interpessoal, buscando estabelecer um controle interacional entre falante e ouvinte. Neste caso, o item *já que* recebe a influência do contexto de interação em que ocorre, bem como de outros elementos que o acompanham na organização e constituição do discurso.

- (32) E: você ... é ... **já que** você gosta de ... você tava falando aí que é bom arte ... tudo ... então você também escolheu falar hoje sobre a opinião ... certo ... e você disse que gostava de falar sobre a escola ...

então qual é a sua opinião sobre a sua escola ... sobre o ... sobre o estudo ... por que que é bom estudar? então você vai me dar sua opinião sobre a sua escola ... e sobre:: o que é estudar ... a importância de estudar ... (D&G: 186)

Em (32), o item aparece logo após uma pausa (indicada pelas reticências), no plano interpessoal, a partir da elaboração da fala do entrevistador que procura ativar na memória do ouvinte uma informação que a ele já havia sido apresentada, para dar prosseguimento à entrevista. É interessante notar que a sentença encabeçada pelo *já que* não foi concluída, de maneira que sua presença no conjunto textual aponta para o preenchimento de pausa para que o falante possa reelaborar, organizar e proferir o seu enunciado.

Por este viés, a partir dos excertos apresentados, compreendemos que o item apresenta indícios de discursivização, com traços semântico-pragmáticos de operador argumentativo com vistas a preenchimento de pausa na elaboração do discurso, a partir de seu *continuum* no processo de gramaticalização, conferindo às sentenças relacionadas, a busca por maior expressividade entre falantes em comunicação, atuando no universo interpessoal.

Nesta perspectiva, ilustramos as ocorrências da perífrase conjuncional *já que* presentes no *Corpus D&G*, conforme o aparato funcionalista da análise linguística com vistas ao caráter da gramaticalização e da discursivização do item. No entanto, essa dicotomização visa somente a um maior refinamento na descrição da trajetória de uso, observando que aspecto do sentido é mais saliente nos contextos linguísticos e pragmáticos em que atuam os itens. De fato, compreendemos a discursivização como uma das etapas do processo de gramaticalização, uma vez que, na proposta teórica aqui adotada, gramática e discurso não admitem fronteira rígida que os isole como domínios autônomos.

Evidenciamos, por fim, as questões dialógicas que perfazem a trajetória de mudança em que se encontra este conectivo, bem como o contexto em que se realiza, seja ele textos narrativos ou da ordem do expor, revelando-se em sua maior parte dados da realidade oral, em relação à escrita, evidenciando o teor pragmático-discursivo proporcionado pela interação dos falantes no *locus* de comunicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tomamos a perífrase conjuncional *já que* como objeto de estudo, procurando observar e identificar suas configurações sintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivas a partir da emergência de dados reais de uso da língua.

Sob o viés da gramaticalização percebemos que o conector apresenta *cline* de mudança conforme a sua rotinização nas comunidades de fala, no que diz respeito a seu valor pragmático-discursivo, sequenciando porções textuais e impulsionando a progressão do fluxo de informações.

Lançando mão dos princípios formulados por Hopper (1991), identificamos que o item é um dos principais conectivos da categoria causal, disputando a escolha do falante no princípio da *estratificação*. O item tem apresentado significativa recorrência de uso em contextos de justificativa, pelo valor pragmático atribuído conforme as propriedades do *locus* comunicativo, *especializando-se* neste sentido. Embora apresente nuances discursivas para além do aspecto de causalidade, *já que* ainda conserva traços semânticos de sua função-fonte, estabelecendo a dinâmica enunciativa pela relação de “causa-efeito”.

Pela *perspectiva funcional da sentença* (PFS) e o fluxo de atenção, notamos que a mobilidade posicional do conectivo via hipotaxe adverbial oportuniza a organização da distribuição de informações, como também, mobiliza recursos de expressividade no plano comunicativo de interação. Sua configuração semântico-discursiva de pressuposição (KOCH, 1987) evidencia maior ênfase conferida à sentença a qual encabeça, de modo a recuperar informações tanto internas quanto externas em relação ao *locus* de comunicação, no qual o falante parte de um fato já mencionado, ou que acredita estar na memória do seu ouvinte para proferir seu enunciado. Tal comportamento na relação entre a distribuição e organização do conteúdo é favorecido pela ampliação semântica do contexto de uso.

A combinação, por assim dizer, entre cláusulas de teor causal apresentou-se pela hipotaxe adverbial de maneira que há um equilíbrio no que se diz respeito à posição da sentença encabeçada pelo item, podendo esta ser anteposta, intercalada ou posposta em relação à sentença nuclear. Essa estratégia visa à formulação e distribuição de conteúdos informacionais conforme as necessidades emergentes do discurso para a progressão da sequência textual.

Assim sendo, ainda sob o aporte da gramaticalização, o item linguístico pode exercer a função de conectivo de sequenciação textual retroativo-propulsora (TAVARES, 1999), realizando movimentos anafóricos e catafóricos, comumente proferidos. Este movimento

recupera informações já mencionadas, ao mesmo que permite a progressão do texto. Dentre as funcionalidades do item, nesta categoria, destacam-se a *sequenciação textual*, a *sequenciação temporal* (entre eventos do mundo referencial) e a *sequenciação de consequência*, estipulada pelo encadeamento de informações consecutivas ao aparecimento da perífrase.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a perífrase conjuncional *já que* vem demonstrando traços significativos de mudança na língua em uso (gramaticalização), atuando no nível da sequenciação textual retroativo-propulsora e revelando indícios de discursividade, ao traçar o *cline* de comportamento linguístico pelo seguinte prospecto:

tempo (base adverbial) > causa-efeito > justificativa/explicação > sequenciador textual .

Esse *cline* confirmaria a expectativa da unidirecionalidade, princípio questionado por alguns funcionalistas dedicados aos estudos da gramaticalização.

A natureza discursiva do item parte da ideia de pressuposição, que já tenha sido mencionado, inferível ou que se acredita ser de conhecimento comum no momento da enunciação. Ao fazer uso da perífrase, o falante lança mão de diversos recursos discursivos, dentre eles a argumentação na elaboração e encaminhamento das informações que deseja compartilhar, ambientadas em sua lógica de mundo, sua vivência; por isso, no plano interpessoal, pelo fenômeno de discursivização.

O item *já que*, portanto, no nível do discurso, além de atuar, nos termos de Martelotta (2011), como *operador argumentativo*, passando pela noção de justificativa/explicação, até seu papel na sequenciação retroativo-propulsora; assume também a função de *marcador discursivo*, na função de preenchedor de pausa, como pudemos perceber a partir desses exemplos:

(30) E o seu pai era um homem severo, e de poucas palavras, mandou imediatamente o garoto levantar. Pensando ele que seu filho estava com manha. E a reação da criança era gemer, enquanto o pai se movia para pegar a bacia e bater contra aquele ser indefeso que se via sem objetivos. Pobre menino! não abria sua boca nem se quer para dizer que seu corpo doia, apenas esperava as reações do pai.
A sua mãe ao perceber ordenou que seu esposo tomasse a criança nos braços, **já que** agora estavam mais próximo de chegar, onde? ninguém sabia. A situação piorava a cada dia, o cinto ia apertando.
(G21F/D&G:36)

(32) E: você ... é ... **já que** você gosta de ... você tava falando aí que é bom arte ... tudo ... então você também escolheu falar hoje sobre a

opinião ... certo ... e você disse que gostava de falar sobre a escola ... então qual é a sua opinião sobre a sua escola ... sobre o ... sobre o estudo ... por que que é bom estudar? então você vai me dar sua opinião sobre a sua escola ... e sobre:: o que é estudar ... a importância de estudar ... (D&G: 186)

Os fundamentos apontados pela teoria funcionalista, na análise, aferidos pelos apontamentos e princípios propostos por Hopper (1991), Tavares (1999), Martelotta (2011), Paiva (1991) e Ramos (2015), aplicados aos dados, explicitam as diversas nuances linguísticas apresentadas pelo item *já que*. Enquanto perífrase conjuntiva, pela sobreposição de funções, evidencia o *continuum* unidirecional de mudança dos itens e expressões na língua, neste caso, saindo de seu estado de regularidade (causa-efeito) previsto pelas gramáticas normativas de Língua Portuguesa.

Assim, essa perífrase conjuntiva, motivada, sobretudo, pela necessidade que o falante tem de modalizar o seu discurso, apresenta comportamentos inovadores que a levam a assumir as duas macrofunções citadas anteriormente: operador argumentativo e marcador discursivo. No primeiro caso, ver exemplos (30); e no segundo caso, ver exemplo (32); ambos atestados pelos dados do *Corpus*.

Salientamos, portanto, que estas configurações apresentadas pelo item ilustram distinções que ressaltam o valor semântico-pragmático emergente da língua em uso. Bem como, ressaltamos a ampliação do escopo semântico da perífrase que desliza nas propriedades formais das sentenças as quais estabelecem relação direta (introduzindo-a), ou indireta (nas sentenças periféricas).

Destacamos, por fim, que o comportamento discursivo do *já que* também reforça a mobilidade gramatical que ele experimenta, o que, coerentemente, vem se acomodar à visão funcionalista que não reconhece autonomia nem do discurso nem da gramática, antes, entende que esses dois domínios não apenas se interinfluenciam, mas também se agregam e se moldam.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, F. S. Considerações sobre a relação de causalidade na conexão de orações: da tradição à descrição. *Domínios de Lingu@Gem*, v. 6, p. 500-515, 2012.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRAGA, M. C.; PAIVA, M. C. Evolução de pois e pois que no português: uma trajetória de subjetivização? Em: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CASTILHO, A. T. de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. Em: SOUZA, E. R. *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014a.
- _____. Entrevista: funcionalismo(s) e teoria multissistêmica. Em: SILVA, C. R.; KO FREITAG, R. M. (Orgs.). *Revista PROLÍNGUA*. João Pessoa, v. 9, n. 2. 2014b.
- CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics, and point of view. In: LI, C. N. (Ed.). *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976, p 25-55.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DU BOIS, J. W. *Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the locus*. Rice Symposium, MS, University of California: Santa Barbara, 1993.
- ERNOUT A.; MEILLET A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.
- FIRBAS, J. Some aspects of the Czechoslovak approach to problems of functional sentence perspective. In: DANES, F. (Ed.). *Papers on functional sentence perspectives*. Prague: Academia Publishing House of the Czechoslovak Academy of sciences, 1974.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. (Org.). *Corpus discurso e gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- _____. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-30, 2001.
- _____. Funcionalismo. Em: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Gramaticalização de construções como tendência atual dos estudos funcionalistas. *ESTUDOS LINGUÍSTICOS*, São Paulo, 42 (1): p. 148-162, 2013.

_____. BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. Em: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013.

GALBIATTI, M. E. *Análise comparativa do processo de gramaticalização das perífrases conjuncionais agora que e já que*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: UNESP – Campus de Araraquara, 2008.

GIVÓN, T. Historical syntax and synchronic morphology: an archaeologist's field trip. *Chicago Linguistic Society* 7, 1971, p. 394-415.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. V. I. New York: Academic Press, 1984.

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. V. II. Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GONÇALVES, S. C. L. et al. (Orgs.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. The functional basis of language. In: BERNSTEIN, B. (Ed.). *Class, code and control*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1973, p. 343-366.

_____.; HASAN, R. *Cohesion in English*. New York: Longman, 1976.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *The genesis of grammar: a reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. V. I. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.

_____.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

IKEDA, S. N.; DOTTORI FILHO, A. A causalidade: Análise de enunciados produzidos em uma reunião imobiliária. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 6, n.2, 2006.

ILARI, R. As conjunções. Em: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp. Vol. III: classes de palavras e construções, 2008, p. 809-864.

KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

KO FREITAG, R. M. Estratégias gramaticalizadas de interação na fala e na escrita: marcadores discursivos revisitados. *ReVEL*, v. 7, n. 13, 2009.

KURYŁOWICZ, J. The evolution of grammatical categories. Paris : UNESCO, 1965.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. Berlin: Language Science Press, 1995.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'*. (Tese de Doutorado). Campinas: Unicamp, 2003.

_____. Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. In: *VEREDAS - Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, 2004, p. 215-232.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Discurso & Gramática, 1996.

_____. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Gramática do português falado – Vol. VII: Novos estudos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumo. In: SILVA, C. R. et al. (Orgs.). *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, 2004.

_____. Intersubjetividade e interlocução nas relações de causalidade. A funcionalidade dos junctivos causais na língua portuguesa. *Revista Linguística*, v. 30, n. 1. 2014, p. 113-140.

OLIVEIRA, M. R. Gramaticalização de construções como tendência atual dos estudos funcionalistas. *Estudos Linguísticos*. São Paulo: v. 42, 2013.

OLIVEIRA, B. A. *A trajetória da construção por causa de: uma análise centrada no uso*. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

_____. ROSÁRIO, I. da C. do (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015.

PAIVA, M. C. A. de. *Ordenação das Cláusulas Causais – Forma e Função*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

PEZATTI, E. G. Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado. In: *Alfa*. São Paulo, v. 38, p. 37-56, 1994.

_____. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2007.

PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given/new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981, p. 223–254.

RAMOS, M. A. B. *A Multifuncionalidade Sintática e Semântico-discursiva do SEM em Estruturas Hipotáticas Adverbiais: Preposição ou Conjunção?* (Tese de Doutorado). João Pessoa: UFPB, 2015.

ROSÁRIO, I. da C. Gramática, gramaticalização, construções e integração oracional: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, B. A.; ROSÁRIO, I. da C. do (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015, p. 36-50.

SANDERS T.; SWEETSER, E. (Eds.). *Causal categories in discourse and cognition*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

SILVA, C. R. *Mas tem um porém...: mapeamento funcionalista da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos*. (Tese de Doutorado). João Pessoa: UFPB, 2005.

TAVARES, M. A. *Um estudo variacionista de aí, daí, então e e como conectores sequenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. Gramática emergente e o recorte de uma construção gramatical. In: SOUZA, E. R. de. (Org.). *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo: Contexto, 2012.

TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam & Philadelphia: Benjamins, 1982, p. 245-271.

VITRAL, L. *Gramática Inteligente do Português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.